

O OCASO DA LAVA JATO

**Nove anos depois de
nascer sob a promessa
de combater
a corrupção, a
operação federal
engendrada pelo
MPF e Sérgio Moro
apodrece a olhos
vistos. Os desmandos
do ex-juiz podem levá-
lo à cadeia. Deltan
Dallagnol também
está enrolado**

Olimpio

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 19 de Junho de 2023 Nº 100

José Genoino defende punição para os abusos da Lava Jato
Planos para golpe são encontrados no celular de Mauro Cid
Fundações de partidos progressistas alertam para juro alto
A Petrobrás anuncia corte de 4,66% nos preços da gasolina

O livro de fotos inéditas de Paul McCartney dos anos 60

ORGANIZAÇÃO

Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira

Inês Patrício

Antonio Carlos F. Galvão

Adhemar Mineiro

Mariano Macedo

Helena Maria Martins Lastres

Cid Olival Feitosa

CARLOS LESSA

O PASSADO E O FUTURO DO BRASIL



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

expressão
POPULAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ECONOMISTAS PELA
DEMOCRACIA

ATO DE INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE
 Você que conhece o jornal O Trabalho, comemore conosco seus 45 anos.
 E aproveite para conhecer nossa nova sede



Jornal
O TRABALHO PT
45 ANOS

Contribuição para entrada, R\$ 5,00 (o valor de um jornal)

20 mai sábado * **15h**
PRAÇA DA REPÚBLICA,
Nº 478, SALA 71 - SÃO PAULO


CONTRIBUA COM A REVISTA
REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro.

O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para estudosperiferias@gmail.com para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!



EXPOSIÇÃO



43 anos
NA LUTA PELA
DEMOCRACIA
BRASILEIRA

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Fernanda Estima, Guto Alves, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento, Olímpio Cruz Neto, Paulo Chagas e Pedro Camarão



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
 Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur Chioro, Arlete Sampaio, Azilton Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre, Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

NOVAS REVELAÇÕES SOBRE ATUAÇÃO DA LAVA JATO SÃO GRAVES

Diálogos inéditos obtidos na Operação Spoofing mostram como procuradores manipularam súmulas do TRF4, pressionaram ministros do STJ e tentaram esconder provas. CNJ está apurando ainda o sumiço de R\$ 2,9 bilhões de uma conta bancária

Página 12

ENTREVISTA. José Genoino alerta para necessidade de revisar abusos do Judiciário

Página 6

ARTIGO. Governo acerta ao retomar programas vitais, como o Mais Médicos

Página 22

ECONOMIA. Efeito Lula: agência S&P melhora nota de investimento do Brasil

Página 36

GOLPE. PF aponta como Mauro Cid estava tratando de anular efeitos da eleição

Página 17

BRASIL. Governo marca presença na Parada do Orgulho em São Paulo

Página 23

INTERNACIONAL. EUA e Europa negligenciaram e China amplia presença na AL

Página 38

GOVERNO. Lula faz balanço de 6 meses no programa "Café com o presidente"

Página 19

EDUCAÇÃO. Lula lança compromisso de alfabetização das crianças

Página 26

OBITUÁRIO. Os militantes Wladimir Pomar e Artur Araújo morrem em SP

Páginas 40

PESQUISA. Ipec mostra que avaliação do governo segue em situação estável: 37%

Página 18

CONJUNTURA. Fundações de partidos progressistas analisam os desafios à frente

Página 28

MÚSICA. Festival de cinema In-Edit traz documentários incríveis sobre MPB & rock

Página 56

LUTA CONTRA O NEOLIBERALISMO

Alberto Cantalice

Em plena pandemia da covid-19, a Fundação Perseu Abramo assumiu o desafio de publicar uma revista que fizesse o contraponto entre o pensamento da esquerda progressista e os arautos do caos: a extrema-direita e seus sequazes, e os defensores da “mão invisível do mercado”, o neoliberalismo.

Enveredar pela criação de um veículo semanal em formato digital e contando com uma equipe enxuta, porém extremamente consciente do papel a desempenhar, não foi uma tarefa fácil, porém perseveramos e conseguimos.

Chegar ao número 100 nos dá a certeza de que estávamos no caminho certo.

Vinculada a uma fundação do Partido dos Trabalhadores – um dos maiores partido de esquerda

do mundo – a revista sempre teve como linha mestra as resoluções e o ideário petista. Lutar contra as desigualdades sociais e seus subprodutos: a miséria, o racismo, a misoginia, o capacitismo e a lgbtobia.

Disputar narrativas em um ambiente dominado por um lado, pela proliferação de notícias falsas, e de outro, pela tentativa da mídia empresarial de impor o pensamento único, é uma ousadia para poucos.

Recepcionada pela militância do PT, a **Focus Brasil** tem contribuído modestamente com análises e posicionamentos que rompem com a mistificação do senso comum midiático e encara de frente os dilemas da política brasileira. É um veículo aberto aos progressistas e principalmente àqueles que, vinculados ao PT, tem seu espaço de interlocução brecado pelo maistream midiático.

Nosso desafio permanente é buscar uma

linguagem acessível às nossas bases populares, que possa de alguma maneira unificá-las com um cardápio semanal de notícias. O objetivo é contribuir para o enfrentamento da proliferação de fake news e o enredo comum da imposição de pautas pelo “mercado”.

Seguiremos no trabalho de enfrentar o negacionismo, o neoliberalismo e a imposição mandonista brasileira. Não nos acanharemos em denunciar o servilismo das “penas de aluguel”, o uso e abuso das instituições da República em detrimento do interesse público cujo epicentro foi a malfadada operação Lava Jato. Ou o garrote imposto pelo Banco Central e sua escorchante política de juros estratosféricos, que inibem o crescimento econômico e fazem a alegria do rentismo.

Somos e continuaremos sendo uma voz daqueles que não têm voz. Esse desígnio não é um mero posicionamento. É uma missão. Que venham outras 100 edições! •



“CONTRA FUTUROS GOLPES, REAVALIAÇÃO DO SISTEMA JUDICIAL”

“Temos que ser um animador permanente de resgatar sonhos e utopias”, diz o ex-presidente do PT, perseguido e condenado. Ex-guerrilheiro do Araguaia, Genoino diz que é preciso repassar todo o arcabouço jurídico a limpo e submeter os militares à tutela do Poder Civil. “Temos uma oportunidade histórica de de subordinar as Forças Armadas aos princípios e aos valores de um regime democrático. Esse é o desafio que está posto”,

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

Ex-deputado federal, ex-guerrilheiro e militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), José Genoino é um sobrevivente. Foi ao inferno da condenação com o Mensalão, teve a vida devassada, mas mantém a serenidade dos inocentes e a indignação dos injustiçados. Profundamente preocupado com os rumos do país, enxerga no terceiro governo Lula a chave para a refundação do Brasil e da política.

Nesta entrevista concedida a **Focus Brasil**, o analista político pensa alto, lembra como a tentativa de interdição do PT da vida po-

lítica quase deu certo entre 2003 e 2006, relembra os buracos na narrativa gerada pela mídia para condenar o partido e seus dirigentes. E aponta que o mergulho do Brasil à beira do abismo a partir do golpe de 2016 mostra que a esquerda precisa estar atenta.

Aqui, Genoino fala sobre a trajetória do PT, a atuação das Forças Armadas e as artimanhas do capitalismo neoliberal na construção de golpes alinhados com as ‘forças-tarefas’ judiciais que se firmaram para barrar avanços e vitórias das classes trabalhadoras.

Focus Brasil – De que forma um partido como o PT, seus diretórios, sua estrutura, serve

para uma comunidade lá na ponta do território? O que a gente detectou é que existe uma certa pobreza de atuação?

José Genoino – A primeira condição é exatamente a militância. O dirigente partidário, em qualquer nível, deve ter uma postura, uma compreensão, uma posição de que ele é um articulador, um mobilizador, animador, um promotor político de alternativas para aquela comunidade, seja na micro ou na macropolítica. A segunda condição é ele se inteirar, se enraizar na problemática que mexe com a cabeça e o coração das pessoas. E a terceira condição é a organização territorializada, porque a organização verticalizada,



no meu modo de ver, é enfraquecida com a reestruturação do capitalismo. Eu me baseio muito na experiência da Itália, que após a Segunda Guerra Mundial e a derrota do fascismo, por inspiração do [Antonio] Gramsci, os comunistas organizaram na reestruturação do partido. Nas comunidades, nos bairros, organizaram centros de cultura socialista onde havia debates, seminários, formação, diálogos. Não é por acaso que o Partido Comunista Italiano foi um dos poucos partidos comunistas de massa durante várias décadas.

Na nossa geração, de 1968, era conhecimento e não informação. Agora é o contrário. Então, a compreensão política passa a ser um elemento fundamental para essa relação do dirigente, do diretório com a comunidade local. E você não pode fazer uma política de exportar para aquela comunidade de maneira mecânica. Você tem que ligar a problemática dela com a questão geral, ligar o pro-

blema do esgoto, da água, ligar o problema da luz, da moradia, do saneamento, ligar o problema do Bolsa-Família, do emprego, com a questão geral.

Eu nunca esqueço uma frase do Antonio Cândido. Quando fui atingido pelo mensalão, fui conversar com ele. Eu estava abatido. E ele disse: “olha, vocês fizeram a revolução social porque botaram o povo no orçamento. No capitalismo, o orçamento não é para botar o povo. E vocês botaram 65 milhões de brasileiros no orçamento”. Ele tinha esse número, somando todos os programas sociais e disse: “mas vocês esqueceram de ganhar o coração e a mente do povo. Você não faz uma mudança só com a visão economicista. Você tem que fazer a mudança com a visão subjetiva”. O que é o capitalismo hoje? Ele não quer só lucro de mais-valia, ele quer ganhar as pessoas. Ele cria uma subjetivação para enquadrar as pessoas, o seu papel no mundo e o seu papel na

comunidade. E se nós não formos uma alternativa política, cultural, ideológica, que trate dos mais diversos pontos da comunidade, a gente fica para trás. Nós temos que ser um animador permanente de resgatar sonhos, utopias. Por que a Igreja é tão forte? Porque ela apresenta uma alternativa manipulada e enganosa para a população que tá sofrendo.

E por que o caos ganha? Porque é o desespero social. Então, diante disso, ou você trabalha com uma produção alternativa ao nível local ou então você não aglutina, não traz a política para aquela comunidade. Ou só leva a política para a comunidade em época de eleição. Eu penso dessa maneira.

– Pegando o gancho que você falou da Itália, que foi o primeiro país a ter uma experiência do imbricamento do Judiciário sobre a política, a Mani Pulite, que serviu de inspiração para procuradores e juizes do Brasil de

usar a máquina do Estado para interferir no processo político.

Qual é a tua avaliação?

– Existem dois livros muito interessantes para explicar esse fenômeno: “Os Engenheiros do Caos”, de um jornalista italiano que mostra como a Itália foi o palco de um grande laboratório político em que a ascensão de uma direita desorganizada partidariamente se organizou com o Partido Cinco Estrelas, com a Liga do Norte. Ele mostra como a Operação Mãos Limpas lá foi fundamental. O outro é “Primeiro Eles Tomaram Roma: Como a Extrema Direita Conquistou a Itália Após a Operação Mãos Limpas”. Esses dois livros estão em circulação, são muito importantes. Quando fui obrigado por falta de condições políticas a deixar a Presidência do PT, fiz um discurso de improviso que deve ter nos arquivos do partido. Eu dizia o seguinte, em 2005, há duas questões em jogo. A classe dominante quer interditar uma alternativa de esquerda de massa, que era o PT. A segunda é inviabilizar o governo, representado pelo companheiro Luiz Inácio Lula da Silva. E eu dizia que essas duas condições devíamos colocar como questões fundamentais para se defender, acima das nossas vidas pessoais.

E a história mostra que de 2005 a 2008 foi um laboratório. Primeiro o nome, o nome Mensalão foi do delator, e a grande mídia adotou o mensalão. Depois vem o Petrolão, a ideia do espetáculo, essa ideia construída com as denúncias, e com o processo de cassação de alguns mandatos, como o do companheiro José Dirceu. Terceiro, o núcleo da denúncia. A denúncia tinha 40. Faltava quem? O maior, que era Lula, que eles queriam atingir e não conseguiram. Lula derrotou aquela operação na eleição de 2006. Mas quem era na política? Estava o presidente do partido, o tesoureiro, o presidente da Câmara, João Paulo, e o

chefe da Casa Civil, que também era chefe político do PT. Portanto, o núcleo estava montado. Esse núcleo era estratégico para o conceito de operação e o conceito de força-tarefa. Esse núcleo foi profundamente atingido, não com provas, atingido a partir de uma determinação: a Visanet, a sobra de campanha e o financiamento da eleição em 2004. Não tinha financiamento para ninguém, não tinha mensalão, não tinha mesada, não descobriram um depósito na conta de ninguém. Mas a ideia era

A NARRATIVA DO MENSALÃO FOI CONSTRUÍDA PARA ATINGIR O PT ENQUANTO ALTERNATIVA. ELES QUERIAM ATINGIR O LULA, MAS NÃO TIVERAM FORÇA

a tal história da narrativa.

E aquela narrativa macabra foi construída para atingir o PT enquanto alternativa. Eles queriam atingir o Lula, mas não tiveram força para tanto e atingiram o PT. A partir daí, o PT passou a enfrentar uma perseguição judicial que, na democracia liberal, raras vezes um partido sofreu. Começou em 2005 e foi até 2021 quando Lula foi solto da Lava Jato. Portanto foram 16 anos. E essa operação envolvia a mídia, o sistema de Justiça, o Congresso Nacional, porque pro-

cessou e projetou essa disputa à questão internacional.

É bom deixar claro que o mensalão começou antes para atingir o Lula e ele não ir para reeleição. Inclusive, puseram essa proposta por Lula que não fosse pra reeleição e não seria ‘impichado’. Só que o Lula enfrentou pela sua força, pela sensibilidade e pela capacidade de lançar a palavra de ordem ‘mexeu com Lula, mexeu comigo’. Aquilo foi uma criação do Lula, com os metalúrgicos do ABC, os companheiros do sindicato tiveram um papel fundamental naquele momento.

Ali, a operação foi executada milimetricamente. Primeiro, a denúncia, quando foi apresentada e aceita, houve um grande show midiático, quando o então procurador-geral fez a defesa da denúncia no Supremo. Segundo, quando marcou o julgamento, no ano da eleição municipal, em 2012. Saiu faltando 15 dias, 20 dias para a eleição. São Paulo tinha o [Fernando] Haddad como candidato a prefeito contra o José Serra e tinha outras cidades importantes. Estou citando só São Paulo. Três, a data da nossa prisão foi 15 de novembro de 2013, portanto, um ano antes da reeleição da Dilma. E fomos presos antes dos recursos infringentes, os chamados embargos. Hoje, as pessoas só são presas com os embargos infringentes, declaratório julgado.

E nós fomos presos antes dos embargos infringentes. Eu, o Zé Dirceu, Delúbio [Soares], Silvinho [Pereira], não tínhamos prerrogativa de foro. Podíamos ter sido julgados na primeira instância. O Supremo, por maioria, decidiu não nos remeter para a primeira instância. Então não tivemos o direito ao chamado juiz natural. Nós fomos julgados no Supremo.

– Você foi vítima

– E, por último, a canalhice de eu sofrer dois processos: dois em-

préstimos do Banco Rural e um do Banco BMG. Esses empréstimos foram feitos em 2003, quando assumi a Presidência, o PT estava endividado, fruto da campanha de 2002. Não tinha como pagar aluguel, luz, telefone, etc. Fizemos dois empréstimos no BMG e outro no Banco Rural. Esses empréstimos o PT registrou na sua contabilidade e pasmem, o PT foi cobrado judicialmente pelos bancos e pagou com juros e correção monetária. Mostramos para a acusação, para o Ministério Público e para o Supremo.

Eles disseram que aquilo ali era uma ficção e tanto que um dos processos foi julgado por falsidade ideológica e, em 2021, recebo um oficial de justiça e ele diz: “vim aqui pedir autorização sua para devolver parte do dinheiro que foi pago ao Banco Rural e ao BMG, porque o juiz da Vara Cível fez um sinal que o PT pagou a mais. Então você precisa, como avalista, autorizar a devolver parte do dinheiro para o PT”. Se os empréstimos eram fraudulentos como é que vou autorizar devolver parte do dinheiro para o PT? Isso aconteceu depois de tudo julgado, depois do indulto.

Então, esse modelo de operação foi fruto de uma concepção de que você tem que ter um inimigo, tem que ter um alvo, tem que ter um objetivo. E os fins justificam os meios. Se buscou o chamado direito penal do inimigo, para o amigo você protege os direitos fundamentais. Para o inimigo, você desumaniza. Fomos desumanizados, viramos objeto de chacota, de escracho.

E aí, para terminar, tem dois personagens. Não podemos esquecer. Primeiro, o Sérgio Moro era assessor principal da ministra Rosa Weber e o relator, e não vou citar o nome dele, teve como auxiliar da acusação um promotor público de Curitiba que o auxiliou na montagem da denúncia da opera-

ção toda que foi montada no STF. Vocês devem lembrar que quando o Supremo ia nos julgar os 11 ministros entravam em fila indiana, com aquela capa preta. Aquilo ali era uma estética do medo. Todo mundo de capa preta caminhando, sentava, transmissão ao vivo pela TV Justiça reproduzido pela TV aberta. E aí o espetáculo estava concluído. Fomos condenados antes de sermos julgados, a condenação veio antes do julgamento. O julgamento é apenas uma confirmação da con-

FOMOS PRESOS ANTES DOS EMBARGOS. EU, O ZÉ DIRCEU, DELÚBIO [SOARES], SILVINHO [PEREIRA] NÃO FOMOS JULGADOS NA PRIMEIRA INSTÂNCIA

denação, do ato, da denúncia. E tanto que nesse caso do mensalão, a Polícia Federal não teve atribuição nenhuma, até porque os inquéritos, as investigações da PF contrariavam aquilo que era a vontade do relator, o caso concreto, o dinheiro da Visa, o caso concreto dos empréstimos ou se meu sigilo foi quebrado, o sigilo fiscal bancário. Nenhum delator me citou, nenhuma testemunha, mas eu era presidente do PT. Como é que o PT era uma organização criminosa e o presidente não era citado nela,

até porque tinha que ter quatro para a quadrilha.

– A imprensa estrangeira foi quem, primeiro se atinou para que o que estava acontecendo. Como vê esse reposicionamento depois do caos?

– Vou colocar uma questão antes de responder concretamente. O ativismo judicial, a tribunalização, que é o papel dos tribunais superiores, e a criminalização da política faziam parte de uma nova estratégia, de uma nova tática política da ordem capitalista mundial capitaneada pelos Estados Unidos. É bom deixar claro aqui uma observação: durante o governo Jimmy Carter, quando os Estados Unidos queriam se livrar das ditaduras, da guerra do Vietnã, porque aquilo ali era muito desgastante, eles tentaram transportar aos derrotados que tinha que ter um outro tipo de guerra, com uma nova visão do direito, o ativismo judicial, o direito alternativo, o direito como protagonista. Daí surgiu a ideia do domínio do fato e a ideia do direito penal do inimigo. É um resgate da concepção fascista do direito penal (ao amigo tudo, aos inimigos, desumanizar). E aí o próprio conceito de Estado de Exceção é a vontade do soberano de enfraquecer o Parlamento e o Poder Executivo, que eram eleitos, e fortalecer o sistema de Justiça. O Judiciário é que dava a qualidade do contrato do dinheiro, a preservação dos acordos. Então foram assinados vários acordos internacionais sobre tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, sobre branqueamento e aconteceu um fato que foi a ampliação do caráter jurisdicional do direito penal americano. Isso entrou aqui no Brasil e olha bem, nós tínhamos uma contradição. O governo Lula era a relação sul-sul na política externa. Do ponto de vista geopolítico, econômico. Mas no plano do Direito, era norte-sul

que a gente bebia na hegemonia do direito penal americano.

E o relator se formou lá, fez curso lá, trouxe essa concepção para cá. E aí, veja bem, em 2003, criou-se a ECLA, quer a Estratégia Nacional sobre Lavagem de Dinheiro. Em 2009, teve uma reunião com advogados, com os policiais, com Ministério Público, juiz sobre as empresas brasileiras que tinham ações na bolsa de Nova York, que tinha assinado de corrupção, que era Petrobrás, Braskem, Odebrecht, Embraer e por aí afora.

Isso em 2009, após a crise de 2008. Então, veja bem o que aconteceu com esse ativismo judicial foi a justiça substituindo na política a política, produto da soberania popular, que é o Executivo e o Legislativo. Não dava segurança a essa nova hegemonia do capital financeiro, da da gestão da dívida, das agências, dos bancos centrais independentes, Estados Unidos, Europa, Brasil e por aí afora.

E aí se criou uma governança autoritária a partir do saber e da meritocracia. Precisavam destruir essas alternativas populares. E o PT era produto dessa alternativa popular. O PT nasceu pra dar vez e voz a quem não tinha e essa vez, embora, chegou ao poder com o Lula. E o Lula resolveu fazer um governo progressista, desenvolvimentista e inclusivo.

E é isso que na crise de 2008 e 2009 entrava em contradição com o sistema de dominação. E nesse processo que eles intensificam a Operação Lava Jato, inclusive ela é concluída. A Operação Mensalão é concluída em 2013 e a Operação Lava Jato aparece em 2014 na boca da eleição presidencial Dilma e Aécio. Portanto, isso estava dentro de uma estratégia geopolítica.

Aliás, tem dois livros, o do Euclides Manche, "O Golpe", e o livro do Fernando Fernandes, que é "A Geopolítica da Intervenção". Esses do livros têm dados, dão informa-

ções de como se articulava os interesses interno com os interesses externos. E aí, veja bem, tem os BRICS, tem o petróleo e o dólar. Isso aí não é brincadeira. O mundo estava começando a discutir a multipolaridade e essa multipolaridade passava pelos BRICS, dólar, petróleo. E veja o que acabou acontecendo agora com a guerra na Ucrânia. Então, esse foi o contexto de uma disputa política. Nessa disputa política a burguesia se uniu toda para criminalizar o PT. E ela se uniu inclusive para dar o

O MENSALÃO FOI CONCLUÍDO EM 2013 E A LAVA JATO APARECE EM 2014, NA BOCA DA ELEIÇÃO ENTRE DILMA E AÉCIO. FOI UMA ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA

golpe.

Em 2016 ela se uniu porque queria interditar essa alternativa popular de massa, ela veta toda vez que as massas tendem a ocupar o protagonismo. Acho que esse foi o sentido de um novo autoritarismo judicial. É tanto que você não tem no Brasil uma decisão no sistema de Justiça que contraria o capital, na relação capital-trabalho, privatização, sistema financeiro... Olha os escândalos que estão estourando aí. Isso não foi investigado, não foi visto? E a

imprensa tenta fazer uma campanha para deslegitimar a política pública, 'a política não presta, tem que ter uma coisa limpa'. E nós não compreendemos essa nova disputa política. Por que? Porque havia uma crise do pensamento de esquerda no mundo. Essa crise incentivou muitos setores da esquerda, inclusive no PT, a adotar o moralismo político como estratégia, fortalecida com a vitória do impeachment contra Collor. A gente incorporou essa luta como estratégica. Em vez de considerar estratégico o programa e as transformações, quando chegamos ao governo. É bom lembrar que a primeira ação contra o PT foi contra o Zé Dirceu no episódio Waldomiro Diniz, no ano da posse do Lula.

Portanto, eles estavam com a determinação. Por quê? Porque achavam que o Lula ia ser um fiasco. Ia ficar quatro anos, saía como um Lech Wałęsa, da Polônia. Só que o Lula governou o país e o Brasil decolou. E aí disseram: "Ah, não, contra esse cara nós temos que romper com as regras da democracia liberal". E romperam de maneira desavergonhada.

E é bom deixar claro: mídia, poder econômico, sistema de Justiça como um todo – o sistema de Justiça só se levantou quando a roupa foi desnudada, quando tiraram a roupa da Lava Jato e aí não tinha como defender aquilo. As Forças Armadas se uniram para interditar o PT.

– Você lembrou bem porque tão logo teve a interdição e a prisão do Lula, teve aquele julgamento no Supremo. E aquele famoso tuíte do general Villas Boas. E essa tentativa de golpe que se deu a partir das eleições com a ocupação nas portas dos quartéis, exigindo o golpe de Estado e depois o ato malogrado de 2023. Você vê essa conexão?

– As Forças Armadas, antes do golpe, protagonizaram-no com

o discurso da revolução, a guerra cultural contra o politicamente correto, o marxismo cultural e restabelecer o conceito de inimigo interno – os movimentos sociais, o PT e os governos progressistas. O conceito de inimigo interno trazido da Escola Superior de Guerra na época da Guerra Fria.

O bode na sala foi a Comissão Nacional da Verdade quando pela primeira vez o Estado investigou crimes do Estado. Não completou porque não fez um pedido de desculpa perante a sociedade, perante a tutela militar. Então a tutela militar foi restabelecida e eles foram fundamentais no golpe. Primeiro, o Bolsonaro lançou a candidatura dele na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2014. É bom deixar isso claro, não se lança um candidato dentro da AMAN sem a conivência do Alto Comando. Segundo, além do Twitter, dois generais de quatro estrelas foram assessores da Presidência do Supremo. Nem na ditadura tinha isso. E quarto, eles fizeram a intervenção no Rio de Janeiro, uma intervenção que até hoje não tem a justificativa legal e foi fundamental para preparar o terreno da campanha do inominável.

E fizeram um grande acordo. As Forças Armadas aderiram à geopolítica americana contra o ameaça chinesa e adotaram o discurso neoliberal de privatização, de ajuste fiscal. E foram embalando a candidatura do inominável. Eles se envolveram com o Estado e com o governo. As Forças Armadas entraram para valer no governo e no Estado, e não queriam sair. E aí vetaram a candidatura do Lula. Esse veto no Sete de setembro de 2021, no Sete de setembro de 2022, é quando o Lula ganha a eleição e eles fizeram de tudo para virar o jogo no segundo turno. Não deu. E tentaram um golpe. A tentativa de golpe dependia, no caso do Brasil, de quatro condições.

Primeiro, o aval do imperialis-

mo americano, que eles não tiveram. Dois: a unidade da classe dominante, que não tinham. Três: apoio majoritário da população, mas a população estava dividida. E quarto: a unidade de comando estava dividido. Tinha gente que queria ir pro pau e tinha gente que achava que era um risco. Eles tinham como experiência o golpe na Bolívia, que fracassou, e antigamente o golpe na Venezuela, que deu total força ao Chávez para fazer as transformações profundas. E o golpe fracassado contra

MILITARES ADERIRAM À GEOPOLÍTICA AMERICANA CONTRA O AMEAÇA CHINESA E ADOTARAM O DISCURSO NEOLIBERAL

o Chávez. Aí houve um momento de vacilação. Nesse momento, os acampamentos eram uma possibilidade, na medida em que representavam um núcleo de mobilização. Quando viram que fracassou o 12 de dezembro, quando Lula foi diplomado, e fracassou o atentado no aeroporto, foram perdendo a iniciativa. Aí foram ao desespero da intentona golpista de 8 de janeiro. E tem como pano de fundo o papel das Forças Armadas na sua tradição golpista. Isso é evidente. Claro que tinham

base de apoio no agronegócio, setores do grande comércio, setores da parte da opinião pública, com alguns canais de rádio e TV. Fizeram uma aventura. Agora, temos uma oportunidade histórica de fazer as mudanças necessárias, de subordinar as Forças Armadas aos princípios e aos valores de um regime democrático. Esse é o desafio que está posto.

O outro grande desafio é se vamos passar a limpo as atrocidades cometidas pelo sistema de Justiça. Você sabe que tenho uma avaliação e vou expressar pela primeira vez nessa entrevista para a fundação do meu partido, que é o seguinte: o PT, o governo Lula, não pode representar para o sistema de Justiça o que o PMDB representou, ao aceitar o pacto da transição de 1979, 1985. Eu digo isso: não podemos passar a mão na cabeça dos que promoveram o autoritarismo judicial, fizeram a judicialização, a criminalização do PT sem passar a limpo. A ideia de algum juiz fazer uma ampla, uma grande Comissão da Verdade para analisar tudo isso, essas denúncias que estão aparecendo contra a Lava Jato em Curitiba. E as leis que nasceram na fornalha dos nossos governos têm que ser reavaliadas por uma comissão de alto nível dos juristas.

Isso tem que mudar. Têm que reavaliadas essas leis, essas que estão em vigor. Portanto, a Lava Jato, mesmo enquanto concepção de Justiça que parte da ideia de que a força-tarefa e a operação é uma tradução no terreno do direito do arco de um terreno da guerra militar. Isso tem que ser reavaliado, no meu modo de entender, por uma reforma do Judiciário com mandato. Isso passa pela extinção da Justiça Militar. E recriar a figura do juiz de instrução que nós defendíamos na Constituinte e perdemos, que hoje é chamado como juiz garantista. •



O ACERTO DE CONTAS COM A JUSTIÇA

DE PEDRA PARA VIDRAÇA

O ex-procurador Deltan Dallagnol e o ex-juiz Sérgio Moro vão ter de se explicar diante do Conselho Nacional de Justiça por sua atuação na Lava Jato

Nove anos depois de surgir com a promessa de combater a corrupção, a Operação Lava Jato é escancarada com novas revelações mostrando como o então juiz Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol pressionaram o TRF4, emparedaram ministros do STJ e chantagearam testemunhas. Agora, o corregedor do CNJ vai analisar tudo isso, o destino dos depósitos judiciais e o sumiço de R\$ 2,8 bilhões

Em 17 março de 2014, a Operação Lava Jato anunciava na imprensa a prisão do doleiro Alberto Youssef em um hotel do Maranhão. Ele era investigado pela Polícia Federal (PF) por ligações com um esquema de lavagem de dinheiro envolvendo o ex-deputado federal do Paraná José Janene (PP) e o doleiro Carlos Habib Chater, dono do Posto da Torre, em Brasília, que inspirou o nome da operação.

O caso parecia comum, não fosse o envolvimento com um político e o fato de Youssef ser um velho conhecido da imprensa. O doleiro havia sido investigado no famigerado caso Banestado, um mega esquema de evasão de divisas durante o governo FHC. R\$ 2,45 bilhões foram comprovadamente enviados para fora do país de forma ilegal.

Youssef administrava as contas CC5 (de não residentes) utilizadas para o envio de recursos, tendo movimentado US\$ 876,8 milhões entre 1996 e 1999. Teria sonegado R\$ 118 milhões em impostos. Mas não chegou a puxar uma cana. O juiz responsável pelo caso era ninguém menos do que Sérgio Moro.

Nove anos depois, a Lava Jato apodrece a olhos vistos e vira a carniça da mídia, que finje não ter sido responsável por ter incensado o hoje senador

pelo União Brasil do Paraná. Mas Sergio Moro tem graves problemas pela frente.

Nas últimas semanas, a imprensa trouxe à tona novas denúncias apontando que os esquemas de coerção de testemunhas, manobras ilegais e parcialidade do juiz – já reveladas na Operação Vaza Jato – não se esgotaram em si. Algo de muito sujo continua vindo à tona, para desespero do senador Sergio Moro. Em maio, o Tribunal Superior Eleitoral cassou o mandato do deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR). É ou-

tro que vai enfrentar as barras da Justiça sem ter para quem apelar.

Dallagnol foi cassado porque o TSE considerou que seu pedido de demissão do Ministério Público Federal (MPF) só ocorreu porque ele queria fugir de uma eventual punição administrativa do órgão. O ex-procurador era alvo de 15 processos disciplinares, que poderiam lhe tornar inelegível. Ao sair do MPF, os processos caducaram e ele, então, se candidatou a deputado. Agora, sem o foro parlamentar pelo qual tanto lutou, ficou à mercê de novos processos judiciais. Daí o medo do que vem pela frente.

O temor de Moro e Dallagnol se justifica. Ambos têm muito o que explicar. Na última semana, conversas inéditas entre procuradores mostram que Moro tentou obter informações para emparedar ministros do Superior Tribunal de Justiça e que o Ministério Público editou súmulas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região em matéria penal e de improbidade administrativa. Os diálogos foram revelados por Luis Nassif, do *Jornal GGN*.

As conversas, que fazem parte do acervo apreendido pela Polícia Federal na Operação Spoofing, voltam a mostrar a proximidade entre a Lava Jato e o desembargador Marcelo Malucelli, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4),

O CORREGEDOR DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ABRIU INVESTIGAÇÃO SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA LAVA JATO



ERA TUDO POSE

Os procuradores da República de Curitiba sentiam-se como personagens do filme "Os Intocáveis", acima das regras e da lei. Diálogos mostram que atuaram à margem das regras jurídicas

cujo filho era sócio no escritório de Sérgio Moro. Sabe-se agora que procuradores podem ter deixado de utilizar documentos sobre políticos a pedido de Moro, possivelmente para que o caso não subisse ao Supremo Tribunal Federal.

"O Russo (Sergio Moro) pediu para autuar os materiais sensíveis, como aquelas três folhas que você me mostrou hoje, em apartado. E ele quis saber onde estão as anotações do MO (Marcelo Odebrecht) sobre o Falcão e ministros do STJ", disse uma pessoa identificada nas mensagens apenas como "Érika", possivelmente a delegada Érika Marena. Já "Falcão", citado no diálogo, é o ministro Francisco Falcão, do STJ.

Em outro trecho, o procurador Januário Paludo – o principal cérebro da República de Curitiba – afirmou que o desembargador Thompson Flores, do TRF4, pediu que os integrantes da Lava Jato fizessem súmulas para a corte em matéria penal e

de improbidade administrativa: "O TRF4 vai editar uma série de súmulas. Quem está coordenando e o vice presidente, nosso ex-colega Lenz, que nos procurou.

Ele nos pediu, 'diante da nossa experiência' a redação de súmulas em matéria criminal e AIA, especialmente". Nassif especula que as súmulas provavelmente eram aquelas que aumentaram as penas de Lula.

Nassif ainda trouxe outra revelação: a Lava Jato tentou chantagear Dias Toffoli. Em 20 de agosto de 2016, uma nota vazada para a coluna de Monica Bergamo, na *Folha*, dava conta de que "funcionário de confiança da corte pode ter caído na rede da Operação Lava Jato". Na época, a revista *Veja* publicou uma capa com uma acusação irrelevante contra Dias Toffoli.

"Agora, analisando trechos da Spoofing, fica-se sabendo que a Lava Jato ordenou ao representante da Secretaria da Receita uma devassa nas contas de Toffoli", relata o jornalista. A ordem foi dada a Roberto Leonel, depois nomeado por Sérgio Moro para chefiar o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

**A LAVA JATO
TENTOU
CHANTAGEAR
O MINISTRO
DIAS TOFFOLI,
DO SUPREMO E
PROMOVEU, UMA
DEVASSA FISCAL
EM SUAS CONTAS**

Os escândalos e as sujeitas reveladas agora ainda dizem respeito também ao manuseio de recursos milionários que teriam sido administrados pela Lava Jato. Depósitos judiciais que somam R\$ 300 milhões, determinados ao longo da operação, passarão pelo escrutínio do ministro Luís Felipe Salomão, corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele está promovendo uma inspeção no TRF4 e na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, onde Moro atuou.

Na última semana, o jornalista Marcelo Auler revelou em seu blog a notícia de que parte dos recursos que a Lava Jato arrecadou, depositados em juízo em uma conta bancária, desapareceu. São nada menos do que R\$ 2,9 bilhões. O dinheiro estava na conta 0650/005/86404384-3, na agência da Caixa Econômica Federal no fórum da Justiça Federal de Curitiba. Segundo Auler, a conta atingiu um saldo de R\$ 3 bilhões. Em setembro de 2022,

DEPÓSITOS NO VALOR DE R\$ 2,9 BILHÕES 'DESAPARECERAM' DA CONTA DA LAVA JATO NO FORUM DA JUSTIÇA FEDERAL EM CURITIBA

restavam na conta R\$ 842 milhões. Em maio deste ano, mereceram R\$ 32,9 milhões.

Auler identificou que na conta bancária foram feitos dois de-

pósitos provenientes de acordos de leniência assinados com a Brasken S/A (Processo 5022000-13.2017.4.04.7000), no valor de R\$ 1.282.463.635,53; e Odebrecht S/A (Processo 5020175-34.2017.4.04.7.000), de R\$ 175.337.296,34.

De acordo com dados obtidos por Auler, tais valores eram apenas parte do acordado. Com a Brasken, o total que deveria ser pago era de R\$ 3.131.434.851,37, que à época correspondiam a US\$ 957.625.336,81. Já no acordo relacionado à Odebrecht o valor acordado era de R\$ 3,828 bilhões, em 23 parcelas anuais, com correção pela Selic, o que totalizaria ao final R\$ 8,512 bilhões.

O jornalista questiona: "Onde foram parar os R\$ 2,8 bilhões? Oficialmente ninguém responde essa pergunta. Destrinchar isso será um dos desafios a ser resolvido pelo ministro Salomão. Ele talvez consiga levantar gastos isolados que aparece-



NA MIRA DO CORREGEDOR

O ministro Luiz Salomão, do Conselho Nacional de Justiça, abriu uma correição para apurar as condutas adotadas pela 13ª Vara Federal de Curitiba e pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região

ram na vara, também sem muitos detalhes e sem explicações". Segundo portaria assinada por Salomão, existem hoje "diversas reclamações disciplinares em face dos juízes e desembargadores" das instâncias judiciais da Lava Jato.

Salomão pediu acesso às provas colhidas na Operação Spoofing, que prendeu o grupo que hackeou os celulares da força-tarefa de Curitiba e do ex-juiz Sergio Moro, no caso conhecido como Vaza Jato – que veio à tona em 2019, por obra do jornalista Glenn Greenwald, na época à frente do The Intercept Brasil. O que está por vir pode reescrever a história do Judiciário e determinar condenações a Moro e Dallagnol.

A correição acontece após o afastamento cautelar do juiz Eduardo Appio de suas funções na 13ª Vara de Curitiba. Desde fevereiro, quando assumiu os processos da Lava Jato, Appio mostrou-se disposto a ouvir investigados pela Lava Jato que sempre reclamaram estarem sendo vítimas de perseguição ou de abusos da operação. Foi ele quem convocou a prestar depoimento o advogado Rodrigo Tacla Duran, que diz ter sido extorquido pela operação.

Depois que a força-tarefa foi extinta e o ex-juiz federal e seu parceiro, então coordenador da Lava Jato, migraram para a política, foi Appio, crítico declarado dos métodos criminosos da República de Curitiba, assumiu os processos remanescentes na 13ª Vara Federal. Ele descobriu ações esquecidas na gaveta, expondo denúncias de abusos lançadas por alvos da operação, como Tacla Duran. Também deu início à apuração do grampo ilegal instalado na cela do doleiro Alberto Youssef.

Appio foi afastado do cargo após ser acusado de tentar

investigar informalmente o desembargador Marcelo Malucelli, do TRF4. O magistrado é pai do advogado João Malucelli, que namora a filha de Sergio Moro e é sócio do ex-juiz. A ação de Appio expôs o desembargador, levando-o a se declarar impedido para julgar processos da Lava Jato.

Em 6 de junho, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu habeas corpus preventivo para que Tacla Duran possa entrar no país e participar de uma audiência pública da Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, agendada para esta segunda-feira. O advogado mora na Espanha e foi convidado para prestar esclarecimentos sobre denúncias de extorsão na Lava Jato.

Sobre a investigação do CNJ, Salomão promete apurar possíveis irregularidades, como desvio de função. A iniciativa foi lançada após um acordo entre a força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal (MPF) do Paraná e a Petrobrás. A Procuradoria Geral da República (PGR) se manifestou contra, e o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu os efeitos do acordo.

O CNJ quer saber detalhes sobre a fase de criação do fundo, os valores totais recebidos e a situação atual desse dinheiro, além de investigar possíveis irregularidades na composição e gestão do saldo. Após a decisão do Supremo, assinada pelo ministro Alexandre de Moraes, houve longo impasse envolvendo a PGR, a União e o Congresso. A disputa foi encerrada com novo acordo, que destinou os R\$ 2,66 bilhões para ações de combate a queimadas na Amazônia e a iniciativas na área de educação. O CNJ vai verificar se o dinheiro foi devidamente empregado. •

TRF1 LIBERA DIÁLOGOS DA OPERAÇÃO SPOOFING

A Segunda Seção do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em Brasília, autorizou na quarta-feira, 14, que todos os processados pela Lava Jato tenham acesso às mensagens hackeadas em poder da força-tarefa para usá-las em suas defesas. O TRF1 decidiu apenas sobre o acesso aos diálogos. A validade das provas não foi debatida. A decisão beneficia quase 400 pessoas.

Os desembargadores entenderam que, ao autorizar o compartilhamento das conversas com todos os processados, vão otimizar decisões sobre pedidos iguais. "Se o réu X teve acesso, o réu Y vai ter acesso também", defendeu o desembargador Ney Bello, que sugeriu a extensão. "Todos vão entrar com mandado de segurança pedindo o acesso que a gente já deu".

Com a decisão, a Polícia Federal deve compartilhar os diálogos com as defesas. O material foi obtido na Operação Spoofing, que prendeu os hackers. O ex-juiz Sergio Moro e o ex-procurador Deltan Dallagnol estão entre os alvos do ataque cibernético. Eles nunca reconheceram a autenticidade das conversas.

O Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não decidiu se as mensagens hackeadas têm eficácia jurídica ou não. Uma ação sobre o tema aguarda julgamento desde 2019.

Quem defende a validade dos diálogos afirma que, embora não possam ser usados contra membros da Lava Jato, devem ser considerados a favor dos réus. •



Olimpio

MAIS EVIDÊNCIAS DO GOLPE

Desenho do ataque à democracia foi encontrado em documento armazenado no aparelho de telefone de Mauro Cid, o ajudante-de-ordens envolvido em todas as tretas de Bolsonaro. As provas são eloquentes: o plano para fechar o TSE e impedir a vitória de Lula foi feito no Palácio do Planalto

O ataque à democracia foi tramado no coração do governo. As provas estão no smartphone do ex-ajudante de ordens do presidente Jair Bolsonaro.

De acordo com a Polícia Federal, está cada vez mais difícil qualquer tentativa de Bolsonaro negar que planejou e tentou dar um golpe de Estado. O celular do faz-tudo, o tenente-coronel Mauro Cid, que será ouvido pela CPI dos Ataques à Democra-

cia nesta terça-feira, 20, é uma montanha de provas de que um atentado à democracia foi tramado dentro do Palácio do Planalto quando o ex-capitão era presidente.

As revelações mais recentes foram publicadas, na quinta-feira, 15. A revista Veja teve acesso a um relatório do setor de inteligência da Polícia Federal sobre o que foi encontrado no celular de Mauro Cid. O telefone, vale lembrar, acabou na mão dos policiais depois do tenente-coro-

nel ser preso na operação que investiga as fraudes em cartões de vacinação. Segundo a reportagem, uma das coisas que a PF encontrou foi um documento chamado "Forças Armadas como Poder Moderador", que descreve passo a passo como um golpe poderia ser dado caso Bolsonaro perdesse as eleições.

A estratégia começaria com Bolsonaro enviando às Forças Armadas um documento que denunciaria "inconstitucionalidades praticadas pelo Judiciá-

rio". A partir daí, daria-se o golpe em etapas. A primeira, seria nomear um interventor, que, então, definiria um prazo para o "restabelecimento da ordem Constitucional".

O terceiro passo seria colocar a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal sob comando do interventor. Em seguida, atos do Poder Judiciário seriam suspensos e alguns magistrados seriam afastados e passariam a ser investigados. Por fim, o tal interventor suspenderia outros atos considerados inconstitucionais, haveria substituição dos ministros do TSE e novas eleições seriam realizadas – sem prazo.

O documento reforça as evidências encontradas pela Polícia Federal na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres em Brasília. Em 14 de janeiro, a PF encontrou um documento com uma minuta de um decreto de intervenção na Justiça Eleitoral. A chamada minuta golpista encontrada na residência de Torres foi incluída no processo por determinação do corregedor-geral da Justiça Eleitoral, Benedito Gonçalves.

No Senado Federal, após as novas provas virem à tona, parlamentares do PT cobraram a punição de todos os envolvidos. "Sem anistia para quem ataca a democracia", resumiu o senador Humberto Costa (PT-PE). "Esses documentos comprovam, de forma cabal, todo o esquema milimetricamente traçado para um golpe de Estado. Tudo em posse de um dos principais assessores do então presidente da República. É incontestável".

A situação de Bolsonaro é mais que complicada, uma vez que sobram evidências de que ele agiu como mentor intelectual de todas as ações golpistas ocorridas antes, durante e após as eleições de 2022. Não só o

plano de golpe estava no celular de seu assessor direto como o documento se encaixa perfeitamente na narrativa mentirosa que Bolsonaro e seus cúmplices espalharam nos últimos anos.

Ainda em 2021, o então presidente da República deu início a uma campanha contra o sistema eleitoral. Ele declarou que tinha provas de que as eleições de 2018, na qual foi eleito manipulando as redes sociais e distribuindo fake news contra o então candidato Fernando Haddad (PT) haviam sido fraudadas para impedi-lo de ganhar no primeiro turno.

Uma mentira. Ele nunca mostrou quaisquer evidências ou provas. Mas as acusações viraram fake news espalhadas nas redes sociais. A campanha ainda foi fortalecida pela tentativa de se aprovar o voto impresso e pela reunião de Bolsonaro com embaixadores de outros países, realizada no Palácio da Alvorada, na qual mentiu mais uma vez sobre a segurança das eleições.

Foi o ex-presidente e seu entorno que também difundiram a tese mentirosa de que o artigo 142 da Constituição permitiria às Forças Armadas agir como um poder moderador em caso de crise entre os Três Poderes. Em maio de 2020, por exemplo, Bolsonaro postou no Twitter live com o advogado Ives Gandra Martins e ressaltou: "A politização no STF e a aplicação pontual da 142".

Ora, depois de Bolsonaro atacar as urnas, criar crise com o Judiciário e espalhar a ideia das Forças Armadas como poder moderador, aparece no celular de seu assessor mais próximo um plano de golpe para anular as eleições intitulado "Forças Armadas como Poder Moderador"? Como diz Humberto Costa: "prova cabal". **Agência PT**

CPI APROVA PRIMEIRAS CONVOCAÇÕES

A CPI dos Ataques à Democracia deu, em reunião na última terça-feira, 13, aprovou a convocação de pessoas envolvidas na tentativa de golpe em 8 de janeiro, como o ex-ministro da Justiça Anderson Torres e o ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid.

A CPI também aprovou a obtenção de informações relativas à investigação sobre a fraude no cartão de vacinação do ex-presidente. O deputado Rogério Correia (PT-MG) foi didático. "Foi a partir da análise da fraude é que apareceram, no celular do Mauro Cid, todos os diálogos que estão sendo chamados de 'diálogos do golpe'", esclareceu.

Entre outras testemunhas que serão ouvidas estão os generais Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil e ex-candidato a vice de Bolsonaro, e Augusto Heleno, ex-ministro-chefe do GSI. Também serão convocados como testemunha Elcio Franco, ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde e assessor de Braga Netto, flagrado em conversas golpistas com Mauro Cid; Fábio Augusto Vieira, ex-comandante da Polícia Militar do DF; Jorge Naime, ex-comandante de Operações PM do DF; e Silvinei Vasques, ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

A maioria da CPI rejeitou a tentativa de tumultuar os trabalhos e votou contra requerimentos apresentados por bolsonaristas com a clara intenção de confundir e inverter a lógica da investigação. •



LULA FAZ BALANÇO



Programa “Conversa com o Presidente” estreia na internet antecipando o lançamento de um grande programa de obras para o desenvolvimento econômico do Brasil a partir de julho

O presidente Lula voltou a falar diretamente ao povo brasileiro. Em formato híbrido de podcast e live, o programa “Conversa com o Presidente” estreou na terça-feira, dia 13, às 8h30. Para conversar com Lula, foi escalado o jornalista Marcos Uchôa, ex-Rede Globo. Com duração de meia-hora, o programa iniciou com o que Uchoa anunciou como uma conversa “leve”.

Neste primeiro episódio, Lula falou dos seus primeiros seis meses de mandato, completados no dia da gravação do programa (1º de junho), e anunciou o novo PAC: “A gente resolveu recriar essas políticas públicas, para, a partir de 2 de julho, lançar um programa de grandes obras de infraestrutura em todas as áreas.”

No videocast, Lula também falou das dificuldades que enfrentou ao voltar ao Planalto: “Dia 1º de junho fez seis meses que começamos a governar o país. E eu acredito que

nós trabalhamos mais do que em qualquer momento da nossa história porque encontramos um país destruído e temos que reconstruir”.

De acordo com as medições de audiência disponíveis, “Conversa com o Presidente” atingiu cerca de 6 mil acessos simultâneos. Segundo o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta, a conversa que foi ao ar no dia 13 é o primeiro episódio de uma série de lives que Lula pretende fazer para divulgar as medidas mais importantes de seu governo. Sem ainda conseguir definir regularidade, a ideia é que as conversas aconteçam sempre pela manhã.

O resultado desse primeiro episódio foi considerado positivo. Pimenta, em suas redes sociais, agradeceu os comentários e críticas e afirmou: “Hoje foi um dia muito importante aqui na Secom. Fizemos o primeiro episódio do videocast Conversa com o presidente com Lula, na companhia do excelente Marcos Uchôa. Vamos estar cada dia mais próximos do

povo brasileiro, nas redes sociais, na tevê, nas rádios e nos veículos de imprensa, levando informação e abrindo espaço para ouvir e conversar com vocês”.

Uchoa comentou no Twitter, logo depois de encerrado o programa: “Muita gente não tem tempo pra acompanhar o noticiário e ali se pode ter uma noção do que o governo faz e pretende. Esse primeiro programa tinha um jeito de apresentação e de balanço desse início de mandato. Os próximos vão refletir mais os temas da semana. E vamos depois criar uma maneira de receber perguntas do público para que o Lula responda diretamente. Muito bom um presidente que respeita o trabalho dos jornalistas”.

Conversa com o Presidente é um projeto da Secretaria de Comunicação e da EBC desde abril deste ano, quando se completaram os 100 dias de mandato. Além do programa, cujo formato ainda precisa de ajustes, Lula iniciou ainda uma série de entrevistas para rádios, sempre pela manhã. •

AValiação Estável DE LULA



Ricardo Stuckert

IPEC aponta que avaliação positiva oscila para 37% e a regular para 32%. Entre os eleitores do ex-capitão, 33% o consideram regular. Mas somam 19% aqueles que aprovam o atual presidente

Matheus Tancredo Toledo

A pesquisa mais recente do instituto IPEC (ex-Ibope) aponta que a avaliação do terceiro governo Lula se manteve nos mesmos patamares da rodada anterior, realizada no mês de abril. Desde então, a avaliação positiva (soma de ótimo e bom) oscilou de 39% para 37%, a regular de 30% para 32% e a negativa (soma de ruim e péssimo) de 26% para 28%. A pesquisa foi realizada entre os dias 1 e 5 de junho, com entrevistas presenciais, e a margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos - nos dados gerais.

A pesquisa indica que entre quem declara ter votado no presidente Lula, 69% avaliam o governo de forma positiva. No entanto, somente 26% do total consideram o governo como ótimo, enquanto 43% o avaliam como 'bom'. Ainda,

há 27% que avaliam o governo como regular, e 3% como negativo.

Entre os que dizem ter votado em Bolsonaro, 8% aprova o governo Lula, 33% o considera regular e 46% o reprova. A pesquisa indica que entre os que consideram o governo como regular, são 48% os que dizem aprovar a maneira que Lula governa, dado obtido em uma pergunta binária no qual as únicas opções são aprovar ou desaprovar. Ainda, entre os eleitores de Bolsonaro em 2022, são 19% os que aprovam Lula.

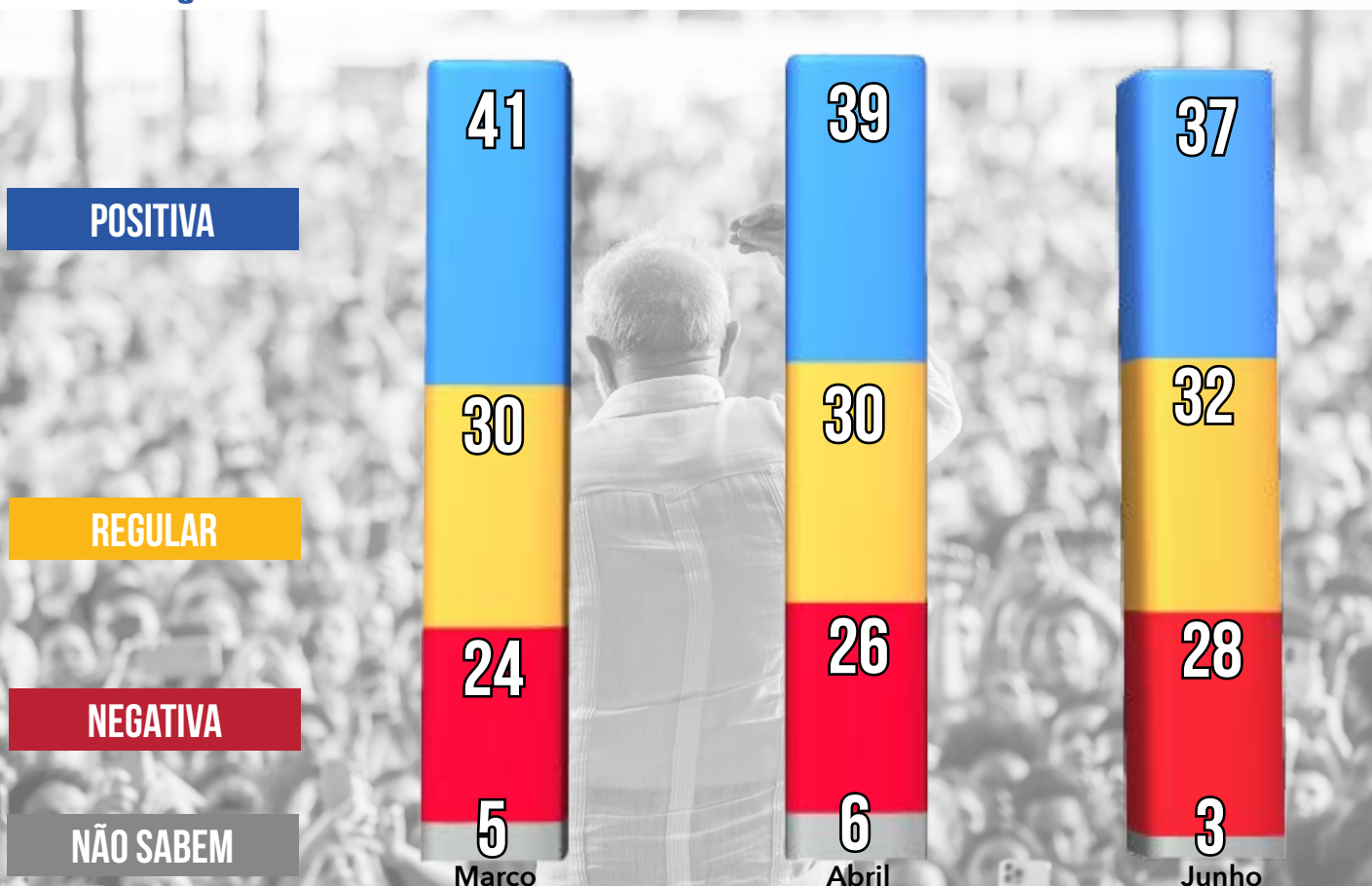
Os dados reforçam o que o Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo, apontou nos artigos anteriores para a revista Focus Brasil. O quadro parece ser de um possível arrefecimento da polarização, ao menos se comparado ao momento eleitoral e pós-eleitoral em 2022.

Uma evidência que aponta para essa possibilidade é a exis-

tência de um contingente significativo de eleitores de Bolsonaro que consideram o governo como regular, ou a parcela menor que o aprova. No entanto, o cenário também é permeado por um desafio, do ponto de vista governamental e político: por um lado, aproximar parcelas da sociedade que votaram em Bolsonaro mas que podem eventualmente apoiar um governo Lula – um quadro praticamente impensável no quadro da opinião pública em 2022.

Por outro, produzir resultados capazes de traduzir todo o apoio eleitoral que Lula obteve no pleito passado em apoio social, aproximando também esses eleitores que consideram seu governo como regular ou o avaliam negativamente - a redução da aprovação do governo em segmentos como o Nordeste e brasileiros/as com renda familiar até 1 salário mínimo – R\$ 1.320 –, segundo IPEC, são alertas para a importância deste último ponto.

AVALIAÇÃO DE GOVERNO - PESQUISA IPEC (%)



RECONSTRUÇÃO A PLENO VAPOR

O governo Lula avança em duas áreas: saúde e moradia. O Congresso aprovou o novo Minha Casa Minha Vida e a reformulação do Mais Médicos. Ações para o povo brasileiro

Zeca Dirceu

Em menos de seis meses de governo Lula, o Brasil já colhe resultados concretos do processo de reconstrução nacional. Várias



conquistas têm sido alcançadas, trazendo alento à população brasileira. Duas delas, extremamente importantes, ocorreram no âmbito do Congresso Nacional nos últimos dez dias, com o apoio da bancada do PT: a aprovação do novo Minha Casa, Minha Vida e do novo Mais Médicos, ainda a ser votado no Senado.

Ambas as iniciativas são fruto de medidas provisórias enviadas pelo governo Lula, para recompor políticas públicas destruídas pelo governo passado, a despeito de sua importância para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

O MCMV foi criado para realizar o sonho da casa própria de milhões de famílias de baixa renda e de classe média. Quem paga aluguel obviamente quer casa própria. Lula já colocou como meta, até 2026, a construção de 2 milhões de casas e de apartamentos nessa nova etapa do maior programa habitacional do Brasil.

Significa aquecer a construção civil, gerar empregos e renda em todas as regiões do país, nos municípios mais ricos e também nos

mais pobres. A iniciativa revela um governo voltado aos interesses coletivos, em contraste com a lógica mesquinha e neoliberal do governo anterior, que aniquilou o MCMV. É fundamental a segurança da casa própria, em especial às camadas da população

que mais precisam.

Várias mudanças foram adotadas para os novos empreendimentos, a fim de assegurar o uso de tecnologias sustentáveis e ambientais; integração ao transporte público; criação de áreas comerciais. O subsídio a unidades habitacionais novas é especialmente voltado à faixa 1 do programa, dos segmentos mais necessitados. O governo Lula planeja que 50% das unidades habitacionais financiadas e subsidiadas sejam entregues a esse público.

O texto aprovado também inclui as mulheres vítimas de violência doméstica e as famílias residentes em áreas de risco entre as prioridades para firmar contratos de moradia. A medida também prevê o financiamento para reformas e melhorias nas casas já construídas pelo programa em versões anteriores. Para este ano, o governo Lula prevê a contratação de 150 mil novas residências para o Minha Casa, Minha Vida.

Já no dia 14 de junho, o plenário da Câmara aprovou a medida provisória que institui o novo Mais Médicos. O programa busca ga-

rantir atendimento médico principalmente nas regiões de vazios assistenciais e traz aos profissionais oportunidade de qualificação e aperfeiçoamento. O texto permite também a prorrogação de contratos e cria indenizações de incentivo ao exercício da atividade em áreas de difícil fixação.

Trata-se de extraordinária conquista, em especial para pequenos municípios, periferias das grandes cidades e regiões isoladas, para assegurar justamente a presença de médicos e profissionais de saúde no atendimento a milhões de pessoas que não têm condições de ter um plano de saúde e que nos últimos anos foram abandonadas pelo governo federal. O programa, criado nos governos do PT (2003/2016), já ofereceu à população brasileira 18 mil médicos, atendeu mais de 4 mil municípios brasileiros e 63 milhões de pessoas.

Ao longo de 2023, serão contratados 15 mil profissionais, fazendo com que o número de médicos participantes chegue ao recorde de 28 mil. Com isso, mais de 96 milhões de brasileiros terão a garantia de atendimento na atenção primária, porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS).

Como disse Lula, o atual governo está provando que é possível reconstruir o país, trazendo de volta tempos de esperança e dias melhores para o povo brasileiro. •

* Deputado federal pelo Paraná, é líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados



UM NOVO HORIZONTE

Governo Lula retoma políticas públicas após apagão de Bolsonaro e marca presença histórica nos eventos da Parada do Orgulho em São Paulo, com a participação do ministro Sílvio Almeida e da secretária Simmy Larrat

Guto Alves

Em novembro de 2018, o jornal *Folha de S. Paulo* registrava um movimento atípico: o repentino aumento de casamentos de pessoas do mesmo sexo. O motivo? O medo de retroceder e perder direitos já conquistados após a posse de Jair Bolsonaro. O presidente eleito já havia se manifestado contra a decisão do Conselho Nacional de Justiça, que reconheceu a união civil homoafetiva em 2013, e feito

diversas falas agressivas – a mais conhecida foi a invenção de um suposto “kit gay” que teria sido distribuído pelos governos petistas. O aumento no número de casamentos e uniões formalizadas naquele ano, era, portanto, uma corrida contra o medo: apesar de ser um direito, a união, ainda hoje, não é lei aprovada pelo Congresso.

Embora Bolsonaro não tenha ido tão longe a ponto de derrubar direitos conquistados – enfrentando uma forte oposição e reação de ativistas – muito se perdeu du-

rante os quatro anos de poder do bolsonarismo, seguindo dois anos de um governo ilegítimo, assumido por Michel Temer após o golpe parlamentar por intermédio do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016.

Sob Bolsonaro e a pandemia, a população LGBTQIA+ viu acontecer um apagão de políticas públicas. Além de dismantlar políticas, o governo estancou investimentos em saúde pública e cultura e propagou fake news que envolviam a população de sexualidade e identidade de gênero diversa. No apa-

ção, os projetos para a população LGBTQIA+ eram discutidos pela Secretaria Nacional de Proteção Global, com a gerência do Departamento de Políticas de Promoção de Direitos de LGBTs. Tudo sob o controle do Ministério da Mulher, chefiado pela pastora evangélica Damares Alves, hoje senadora pelo Distrito Federal.

Em 2022, segundo levantamento da Associação Nacional de Travesti e Transexuais (Antra), o Brasil novamente ocupou lugar de destaque na lista dos países mais violentos com pessoas trans: ficamos em primeiro lugar pelo 14º ano consecutivo. O relatório foi entregue ao Ministério dos Direitos Humanos. Recriado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a pasta cumpriu uma de suas promessas de campanha: o respeito e a dignidade da população LGBTQIA+ do Brasil.

No mês do orgulho, em junho, passados seis meses da gestão de Lula, o ministro Silvio Almeida participou da maior marcha por direitos do mundo, a 27ª Parada do Orgulho de São Paulo, na Avenida Paulista. Em janeiro, durante sua posse, o ministro havia dito à população LGBTQIA+ “você existem e são valiosos para nós”. A frase ecoou e se repetiu durante o evento, estampando inclusive material de conscientização distribuído pelo governo federal.

A presença de um ministro de Estado no evento foi a sinalização de novos tempos. Ao reforçar a necessidade de garantir direitos a essa população, a Parada 2023 trouxe como tema “Políticas Sociais para LGBT+: queremos por inteiro e não pela metade”. “A maior parte dos seus planos, programas, projetos, serviços e benefícios são disfarçadamente direcionados às famílias e indivíduos cisgêneros e heterossexuais”, diz o manifesto. “Essas distorções ficam evidenciadas quando procuramos



ANIMADA A programação contou com 19 trios elétricos e atrações como Pablo Vittar, Daniela Mercury, Pocah, Paulete Pink e Majur

fazer parte desses programas”. Uma das principais demandas já foi atendida pelo novo governo: a reinserção do gênero e da sexualidade na ordem de proteção de direitos humanos. Ambas haviam sido excluídas pelo governo Bolsonaro.

O ministro Silvio Almeida reconstituiu a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, que tem hoje à frente a secretária Symmy Larrat, a primeira mulher trans a ocupar a função de coordenadora-geral de Promoção dos Direitos LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no governo de Dilma Rousseff.

Desfilando no primeiro carro de som do desfile, o ministro disse que a parada busca unir a sociedade brasileira e garantir direitos a todas as pessoas. “Essa é uma parada que, ao contrário que muitos dizem, não é celebração da divisão, é a celebração da união. É para mostrar que brasileiros são muitos e diversos, e pertencem ao nosso país e merecem a proteção do Estado brasileiro”, enfatizou Silvio Almeida.

De forma estratégica e iné-

dita no governo federal desde janeiro de 2023, a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ se mostra cada vez mais importante na composição do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. A secretária Symmy Larrat e diversas outras integrantes do órgão marcaram presença na Parada.

“O governo federal volta a se comprometer com a população LGBTQIA+ e assim queremos construir as políticas sociais necessárias para garantir o respeito e o acesso a serviços básicos a vocês. Precisamos mudar essa realidade de ódio e perseguição contra todas nós”, declarou Larrat.

A participação do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania foi inédita: diversos representantes cumpriram agendas em alusão ao Mês do Orgulho LGBT em São Paulo. Geralmente um evento excluído da programação oficial da Parada, neste ano a 21ª Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, Cis e Trans recebeu a presença do ministério também, com a participação da secretária Symmy Larrat.

Sobre a importância da presença do MDHC nas agendas que envolvem o Mês do Orgulho, Larrat refletiu a conquista. “Depois de tantos anos de perseguição, viemos às agendas da Parada Gay e tínhamos que estar aqui com vocês. Queremos caminhar com vocês e celebrar, mas não pode ser só um discurso. Dar visibilidade a esse movimento aqui é essencial para conquistar as políticas públicas na prática”, comentou.

O Ministério da Saúde também participou do evento na Avenida Paulista. Mascote da vacinação do Sistema Único de Saúde (SUS), o Zé Gotinha também subiu em um dos trios elétricos. Criticada pela oposição com declarações preconceituosas, a ação reafirma um outro

compromisso do governo federal de Lula, a recondução do Brasil ao pódio da vacinação mundial.

Exemplo de êxito em campanhas e erradicação de doenças, o país estava mergulhado no negacionismo antivacina da extrema-direita liderada por Bolsonaro. “Zé Gotinha na parada? Temos! Quando se fala em proteção e prevenção, a vacinação também anda junto”, publicou o Ministério da Saúde.

A atenção do governo federal à população LGBTQIA+ atende à demanda de uma população cada vez mais diversa, embora não se enxergue assim. Se o Brasil lidera o ranking de violência, também se destaca entre as taxas de pessoas adultas que se assumem LGBTQIA+. O número foi citado pela primeira vez em 2022, num estudo inédito realizado pela Unesp e USP.

O Brasil aparece em destaque com o percentual de brasileiros que se declaram assexuais, lésbicas, gays, bissexuais e transgênero: 12%, cerca de 19 milhões de

brasileiros. Publicado na revista científica *Nature Scientific Reports*, o trabalho é fruto do pós-doutorado do psiquiatra Giancarlo Spizzirri na Faculdade de Medicina da Unesp.

Para o estudo, Spizzirri determinou uma amostra representativa da população brasileira e foi a campo. Foram entrevistadas 6 mil pessoas maiores de idade, em 129 cidades, espalhadas nas cinco regiões do Brasil. Os questionários foram realizados pela equipe do Instituto Datafolha, entre novembro e dezembro de 2018. Os dados também confirmam o relatório da Antra: a chance de pessoas trans sofrerem violência sexual no Brasil é 25 vezes superior à de homens heterossexuais e cisgênero.

“Pessoas ALGBT (nomenclatura adotada pelo estudo) enfrentam piores condições de vida e índices de violência mais altos. O grupo luta contra a desigualdade socioeconômica, o estigma e a discriminação. Isso tem um efeito negativo na escola e no trabalho,

bem como no acesso aos serviços de saúde. Como consequência, indivíduos ALGBT têm taxas mais altas de problemas de saúde física e mental”, comenta.

Este certamente é um mês do orgulho que se inicia diferente para a população brasileira, que passou os últimos anos sob intenso ataque, pressão e violência política. Os números mostram, no entanto, que não há tempo a perder. Celebrar é urgente, mas definir o futuro das políticas públicas, como cobra as associações e coletivos de luta em 2023, é definir a sobrevivência da população mais vulnerável e desamparada, que precisa das políticas públicas para viver.

“O que vocês pedem aqui não é um favor. É um dever do Estado brasileiro zelar pela saúde, garantir educação e que todas as pessoas tenham acesso a emprego e renda de forma digna”, disse o ministro Silvio Almeida. “É inegociável que vocês tenham direito de existir dignamente e amar como e quem vocês quiserem!” •

PRESENTE O ministro Silvio Almeida desfilou no primeiro carro de som e disse que a parada busca unir a sociedade





NOVA POLÍTICA Ações visam promover a alfabetização na idade certa das crianças com investimentos de R\$ 3 bilhões

CRIANÇA GANHA PRIORIDADE

Ministério da Educação deve investir R\$ 3 bilhões para a formação e desenvolvimento educacional infantil, com Lula assinando decreto que institui o compromisso nacional para alfabetização

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na última segunda-feira, 12, o decreto que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, a nova política para subsidiar ações para a promoção da alfabetização na idade certa das crianças do país. Segundo o Ministério da Educação, serão investidos R\$ 1 bilhão em 2023 e mais R\$ 2 bilhões entre 2024 e 2026.

Em cerimônia no Palácio do Planalto, Lula destacou que a política é uma construção coletiva,

tanto na formulação, quanto na execução. “O compromisso não é uma ideia que o Ministério da Educação [MEC] tirou do seu chapéu, pelo contrário, foi construída após muito diálogo com especialistas e gestores dos demais níveis federativos”, disse. “Nasceu da colaboração e com a cooperação sairá do papel e fará diferença nas salas de aula”. O governo espera a adesão de todos os 27 governadores ao compromisso.

Para Lula, nos últimos anos, o Estado “falhou miseravelmente” com a educação infantil. A

política prevê o protagonismo dos estados, municípios e Distrito Federal, que deverão elaborar suas próprias políticas locais de alfabetização, de acordo com suas especificidades. A União atuará na indução, coordenação e assistência técnica e financeira. Com isso, o governo reconhece as diversidades territoriais do Brasil e não propõe uma resposta única.

Falando em nome dos governadores, Mauro Mendes (MT) elogiou a iniciativa federal e destacou que o esforço para que a alfabetização aconteça no tempo

certo. “Seguramente, será uma das boas e grandes estratégias para recuperarmos a qualidade da educação pública no país”, comentou. “Aqui nós temos muitos políticos e eu diria, sem medo de errar, que a maior parte da classe política brasileira são filhos da escola pública brasileira, mas que a maior parte dos filhos desses políticos estudam hoje nas escolas particulares em todos os cantos do Brasil. Só esta triste real constatação, mostra que ao longo de muitos anos deixamos de fazer aquilo que precisava ser feito para que a educação tivesse a importância que ela tem, de entregar os resultados que ela precisa entregar para nação brasileira”.

Lula concordou com Mendes e acrescentou que a classe média “fugiu” do ensino público pois a qualidade da educação da escola pública não acompanhou as necessidades da população. “Então, é normal que um advogado, o prefeito, um deputado, o pequeno empresário procurem escola particular para o filho. Ou seja, tem gente que gasta quase metade do salário que ganha para garantir o

seu filho numa escola particular porque a escola pública não atingiu ainda esse grau educacional que a gente entende que seja perfeito para o nosso povo”, disse.

O objetivo da política é garantir que todas as crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao fim do 2º ano do ensino fundamental, com 6 e 7 anos, como prevê a Meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE). Nesse contexto, antes, na educação infantil, quando as crianças têm até 5 anos, o compromisso prevê o fomento à oralidade, leitura e escrita.

Além disso, o governo quer garantir a recomposição das aprendizagens do público impactado pelas restrições da pandemia de covid-19. Para os estudantes matriculados do 3º ao 5º ano do ensino fundamental, na faixa dos 8 a 10 anos de idade, haverá foco na consolidação da alfabetização.

Após a publicação do decreto no Diário Oficial da União, os estados poderão fazer a adesão à política, via Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec), do MEC. A adesão será voluntária e implica aos esta-

dos, municípios e Distrito Federal a responsabilidade de promover a melhoria da qualidade do processo e dos resultados da alfabetização, com atenção à redução das desigualdades de aprendizagem entre os estudantes em sua esfera de competência.

Outras premissas são a mobilização e o engajamento da sociedade, com comunicação, acompanhamento e controle social; e o enfrentamento das desigualdades educacionais regionais, socioeconômicas, raciais e de gênero. Nos 90 dias seguintes à adesão, o governo espera que os entes colaborem para a formulação da política territorial, por meio de seminários, escutas e audiências públicas, de forma a contar com as múltiplas perspectivas do território brasileiro. Para a distribuição dos recursos, o governo federal adotará como critérios a proporção de crianças não alfabetizadas; as características socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero; e a presença de crianças que compõem o público-alvo da educação especial inclusiva. • **Agência Brasil**

Ricardo Stuckert

CUIDADO No lançamento do programa, Lula disse que o Estado brasileiro falhou miseravelmente com a educação infantil





OS DESAFIOS DO GOVERNO LULA

Juros elevados constituem principal entrave à retomada do crescimento, apontam as fundações dos partidos progressistas – João Mangabeira, Leonel Brizola/Alberto Pasqualini, Maurício Grabois, Perseu Abramo, 1º de Maio, Rede Brasil Sustentável, Verde Herbert Daniel e Instituto Claudio Campos – em documento divulgado na última semana. O país precisa avançar na sua agenda de desenvolvimento

A questão democrática continua sendo a principal questão brasileira e ela é indissociável das questões do desenvolvimento nacional e da distribuição de renda.

Ela já se manifestara claramente durante o governo de Bolsonaro e, particularmente, no embate eleitoral que se travou em 2022. Isso porque o presidente, candidato à reeleição, ameaçava o tem-

po todo promover um golpe e implantar uma ditadura no país.

O assalto e depredação das sedes dos Três Poderes da República pelas hordas bolsonaristas apenas oito dias após a posse do novo governo, o mapa do golpe encontrado pela Polícia Federal na residência do ex-ministro da Justiça e os diálogos encontrados no celular do ex-ajudante de ordens revelam claramente esse intento.

O presidente Luiz Inácio Lula da

Silva, no entanto, liderou uma ampla frente que reuniu os poderes da República, os governadores e a ampla maioria da sociedade. E derrotou os golpistas.

O isolamento e a derrota da extrema-direita, liderada por um núcleo de corte fascista, foram, portanto, a principal luta travada na conjuntura do ano passado para garantir a manutenção da democracia. Formou-se então uma ampla frente do conjunto das for-

ças democráticas, cuja construção acelerou-se ao longo do ano de 2022, consolidando-se durante a campanha eleitoral em torno da candidatura de Lula. A extrema-direita bolsonarista foi derrotada nas urnas com base na liderança de Lula, na formação dessa frente e na defesa da democracia.

Mas segue ativa, atuante e mobilizada, seja no Congresso Nacional ou em vários governos estaduais, seja nas ruas e redes, recorrendo à “guerra híbrida” e expressando uma massa disforme política e socialmente, que vai desde parcelas dos desempregados até setores do capital financeiro e do agronegócio.

No entanto, o aspecto central da questão democrática atualmente se localiza na esfera da economia, enquanto no processo eleitoral de 2022 se refletiu na disputa e vitória nas urnas pelas forças democráticas. Então, para isolar e derrotar estrategicamente a extrema-direita e avançar na construção democrática, manter e ampliar o apoio popular ao governo Lula, neutralizar os setores mais vacilantes da frente ampla, é fundamental avançar na reconstrução econômica nacional e assentar as bases para a retomada do desenvolvimento soberano, que gere emprego e renda, proporcione direitos, combata a desigualdade social e seja respaldado em ampla mobilização popular. O eventual insucesso na reconstrução econômica, por outro lado, tenderá a fortalecer o bolsonarismo e seu possível retorno ao centro do poder.

Devido à destruição promovida pelo grupo de Bolsonaro, o governo Lula, como um governo de transição, tem como desafio principal promover a reconstrução nacional, assentando as bases para a retomada do desenvolvimento.

Na esfera econômica, Lula começou a governar já antes de tomar posse. A PEC da Transição, que permitiu fazer a travessia da

destruição promovida pelo governo Bolsonaro para o processo de reconstrução nacional, foi elaborada pela equipe de transição e aprovada pelo Congresso Nacional antes da posse, conseguindo então os recursos (da ordem de R\$ 170 bilhões) para a retomada dos investimentos e das obras paradas (14 mil), o aumento real do salário mínimo e o relançamento dos programas sociais.

Essa injeção de dinheiro na economia poderá contribuir para manter a trajetória de crescimento do PIB (1,9%) que ocorreu no primeiro trimestre deste ano. No

O ASPECTO CENTRAL DA QUESTÃO DEMOCRÁTICA ATUALMENTE ESTÁ FOCALIZADA NA ESFERA DA ECONOMIA NACIONAL

entanto, foi ainda um crescimento insuficiente, já que o setor mais dinâmico da economia e que tem maior efeito multiplicador, a indústria, permaneceu estacionado.

O crescimento do PIB no primeiro trimestre (quando tudo indicava que haveria estancamento da produção, o que terminou acontecendo na indústria) foi puxado pela agropecuária, particularmente pela soja, que colheu uma super safra nesse período. Mas isso é sa-

zonal. Além disso, a agropecuária não tem peso para alavancar de maneira continuada o conjunto da economia. O grande desafio, para esta seguir crescendo, é transformar a estrutura produtiva do país, voltando a indústria a ser a locomotiva.

O presidente Lula dedicou os primeiros cinco meses de seu governo a ressuscitar a política externa independente, “ativa e ativa”, baseada na autodeterminação dos povos, enterrada pelo isolacionismo e a subserviência dos governos de Temer e Bolsonaro. Lula visitou os EUA, a China, Portugal e Espanha e enviou seu assessor especial, o ex-ministro Celso Amorim, à Rússia e à Ucrânia.

O presidente esteve também na Argentina e no Uruguai e Celso Amorim, na Venezuela. Culminou com uma reunião em Brasília com os presidentes dos países da América do Sul para retomar o processo de integração regional abandonado pelos governos Temer e Bolsonaro.

Lula, ao contrário, aproveitasse da tensa transição geopolítica mundial e da retomada da integração regional para articular e negociar a defesa dos interesses do Brasil, favorecendo assim a reconstrução e o desenvolvimento nacional do Brasil e das nações subdesenvolvidas. Batalha ao mesmo tempo pela paz mundial. Nesse quadro, parcerias estratégicas com países aliados reforçarão nossa capacidade de investimento e de desenvolvimento científico e tecnológico.

Já vivemos essa experiência no passado, quando Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930, aproveitou-se da transição geopolítica que se realizava na época, a qual acirrou-se com a Grande Depressão e a emergência da Segunda Guerra Mundial, para industrializar e transformar o Brasil de uma economia agroexportadora subdesenvolvida numa economia urba-

no-industrial moderna, com base no investimento público e numa legislação trabalhista que se situava entre as mais avançadas do mundo na época.

O resultado do programa getulista, de corte nacional-desenvolvimentista, foi que, de 1930 a 1980, nosso PIB cresceu a uma taxa média de 7% ao ano. Chegamos a ser a sétima economia do planeta.

O combate à desigualdade social, já iniciado pelo governo Lula, é um outro desafio que favorece a reconstrução nacional. Destacam-se até agora as seguintes medidas:

a) o combate à fome já está sendo implementado por meio do Bolsa-Família, mas precisa ser ampliado e reorganizado para atender às 33 milhões de pessoas que vinham passando fome e às 116 milhões que sofrem alguma forma de restrição alimentar;

b) uma política de reajuste real do salário mínimo, que já começou a ser adotada e que sinaliza a direção da recuperação de seu poder de compra, dando os primeiros passos para a valorização do trabalho e colocando no horizonte o que estabelece a Constituição;

c) medida que garante salário igual para trabalho igual, que o governo encaminhou e foi aprovada pelo Congresso Nacional; um bom começo para a inserção da mulher no mercado de trabalho, o qual será complementado por um amplo programa de creches, a educação integral em tempo integral e o aumento da licença-gestante, criando as condições para a luta da mulher por sua emancipação;

d) relançamento dos programas “Minha Casa, Minha Vida” “Mais Médicos” e “Farmácia Popular”, além da recomposição do orçamento das universidades e das bolsas de estudo

para estudantes de graduação e pós-graduação, programas sociais que serão reforçados mediante a adoção da reforma urbana, o fortalecimento e aperfeiçoamento do SUS, a implantação do complexo industrial da saúde e a adoção da educação em tempo integral.

e) anúncio, na inauguração do programa “Conversa com o Presidente”, do lançamento de um programa de Reforma Agrária, havendo, para isso, determinado ao ministro do Desenvolvimento Agrário e

O COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL, JÁ INICIADO PELO GOVERNO LULA, É UM OUTRO DESAFIO QUE FAVORECE A RECONSTRUÇÃO NACIONAL

Agricultura Familiar que seu ministério faça um levantamento do conjunto das terras improdutivas e monte uma estratégia para ocupá-las por meio da Reforma Agrária.

Essas medidas, ao tempo em que combatem a desigualdade, fortalecem o mercado interno. Mas o fortalecimento do mercado interno deve se fazer acompanhar do aumento da produção, a qual, ao contrário, tem se carac-

terizado pelo processo de desindustrialização e sucateamento da infraestrutura, ou seja, pelo retrocesso. Por isso, para viabilizar a reconstrução nacional e criar as condições para o desenvolvimento, é imprescindível promover a reindustrialização em novas bases tecnológicas e realizar o lançamento de um amplo programa de obras de infraestrutura de qualidade, tais como metrô, estradas de ferro, saneamento básico.

Lula anunciou, na inauguração do programa mencionado, que um amplo programa de obras será lançado no próximo dia 2 de julho, incluindo a retomada das obras paradas. O investimento e a incorporação de ciência, tecnologia e inovação devem se constituir nos principais motores desse processo.

Como em momento de crise o empresário não se aventura a realizar novos investimentos, a alavancagem cabe, principalmente, ao investimento público, acompanhado de financiamento público, compras governamentais, subsídios e medidas de proteção contra a concorrência predatória externa, sob a coordenação do Estado. Daí a necessidade de um novo projeto nacional de desenvolvimento.

Segundo Aloizio Mercadante, presidente do BNDES e ex-membro deste foro, o Brasil, que na década de 1980 tinha uma indústria mais forte do que a da China, perdeu competitividade ao longo das últimas décadas por falta de um “projeto nacional de desenvolvimento, projetos estruturantes, transformadores, portadores de futuro”.

Os neoliberais de plantão procuram nos convencer de que os recursos são escassos. Portanto, não seria possível pensar num programa dessa envergadura. Mas é possível demonstrar que eles existem, sofrendo, no entanto, vários bloqueios para dirigir-se ao investimento produtivo. O

bloqueio principal é representado pelas elevadas taxas de juros praticadas pelo Banco Central, ao imporem ao setor público pesados desembolsos financeiros, sacrificando, assim, seu potencial de investimento.

A taxa paga pelo Banco Central pelos títulos que lança no mercado – norteando assim a rolagem da dívida –, chamada de Selic, está, em termos reais, ou seja, descontada a inflação, acerca de 8% ao ano, a mais elevada do mundo. Cálculos demonstram que, a cada 1 ponto percentual de aumento da taxa nominal de juros, crescem os dispêndios com juros em R\$ 40 bilhões por ano.

Como a taxa nominal se elevou de 2% para 13,75%, ou seja, quase 12 pontos percentuais, o aumento do pagamento de juros durante um ano está sendo de cerca de R\$ 480 bilhões. Registre-se que o orçamento para a educação previsto para este ano é de R\$ 147,4 bilhões, 3,25 vezes menos. Para a saúde, foram destinados R\$ 160,4 bilhões. Assim, juntando o “investimento”, como diz o presidente, nessas duas ações do governo, de transcendental importância para a vida de uma nação, alcançamos o montante de R\$ 307,8 bilhões, ou seja, 64,12% do gasto a mais com juros.

As empresas e as famílias também estão sobrecarregadas de dívidas, limitando o potencial de investimento das primeiras e o de consumo das últimas. “O endividamento dos brasileiros alcançou o maior nível histórico já registrado: 77,9% da população”, aponta a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. O último levantamento da Serasa indica que 69,43 milhões de pessoas começaram 2023 com nome restrito.

O governo acaba de lançar o programa “Desenrola”, que visa renegociar com um forte desconto a dívida dos que ganham até dois

salários mínimos e têm dívida de até R\$ 5 mil, atingindo 43 milhões dos 70 milhões com nome na Serasa. O resultado será a liberação para o consumo de recursos atualmente comprometidos com o pagamento de dívidas.

Premidas pela pressão dos juros altos, as empresas que conseguem sobreviver acabam adotando o comportamento típico dos rentistas e aplicando suas economias no mercado financeiro, o que exige ações concretas, particularmente a redução substancial das taxas de juros, para sua reconver-

A TAXA PAGA PELO BANCO CENTRAL PELOS TÍTULOS, CHAMADA DE SELIC, ESTÁ EM 8% AO ANO, EM TERMOS REAIS. É A MAIS ELEVADA DO MUNDO

são produtiva.

A casta rentístico-financeira desvia os recursos do investimento e da produção para a esfera especulativo-financeira, apropriando-se dos lucros obtidos sob a forma de renda financeira, parte da qual é drenada para o exterior a fim de remunerar o capital estrangeiro aqui aplicado, particularmente o capital a juros.

Como baixar essas taxas para níveis compatíveis com o investimento? O presidente do Banco

Central e os economistas “do mercado”, ou seja, que servem à casta rentístico-financeira, alegam que têm que elevar e manter elevados os juros para poder combater a inflação.

Ora, quando a inflação é de demanda e a economia está com a capacidade produtiva instalada plenamente ocupada, a elevação da taxa de juros pode conter um processo inflacionário, mas a custa da redução da produção, do consumo e do nível de emprego, ou seja, de uma recessão. Entretanto, se permanecer muito tempo elevada, a taxa de juros, em lugar de derrubar a inflação, passa a atuar na elevação dos custos das empresas, bloqueando a queda da inflação, como demonstrou Lara Resende.

Além desse efeito contraditório sobre o comportamento da inflação, a elevação dos juros atrai os dólares especulativos, valorizando a moeda nacional, barateando o produto importado, inundando assim o mercado interno de produção estrangeira e por essa via pressionando a inflação para baixo.

Só que, além de provocar recessão pela queda do consumo e o ingresso da produção estrangeiras subsidiada, tem como principal resultado a desindustrialização, ao substituir produção interna por produção importada. Foi assim que a participação da indústria de transformação no PIB despencou de cerca de 30% para em torno de 10% atualmente.

Na situação de fim da capacidade ociosa, o correto seria reduzir a taxa de juros a fim de fomentar o aumento do investimento e da produção, como forma de atender à nova demanda. Mas já está amplamente demonstrado pelos fatos que, com as péssimas condições de vida da população brasileira, inclusive com 33 milhões de pessoas passando fome e 116 milhões com alguma forma

de restrição alimentar, sem falar no arrocho salarial, não havia qualquer pressão da demanda.

A escalada inflacionária iniciada em 2021 deve-se, ao contrário, a vários choques de oferta, particularmente dos combustíveis, da energia e dos alimentos, em consequência de terem seus preços cotados em dólar no mercado internacional, além do desarranjo na oferta de componentes, devido à desorganização das cadeias globais de suprimento provocada pela pandemia da Covid e pela guerra na Ucrânia.

Tanto isso é verdade que, no período recente, precisamente quando o real está se valorizando frente ao dólar e tem baixado o preço do petróleo no mercado internacional, a inflação de 12 meses medida pelo IPCA teve uma queda substancial: dos 11% em março de 2021 caiu para 3,94% nos 12 meses encerrados em maio deste ano.

A solução é outra: no caso dos combustíveis e da energia dele derivada, deve-se “abrasileirar”, para usar a expressão de Lula, os preços da Petrobrás, considerando que somos autossuficientes na produção de petróleo e praticamente autossuficientes no refino dos derivados. Assim, praticamente o conjunto do custo dos derivados do petróleo é realizado internamente (pesquisa, exploração, extração, transporte, refino e distribuição), ou seja, em moeda nacional, o real. Esse processo de “abrasileiramento” já está em curso e o preço dos combustíveis já começou a cair.

No caso dos alimentos, é fundamental recuperar a política dos estoques reguladores, que foram dizimados pelos governos Temer e Bolsonaro, os quais fecharam ou venderam os armazéns: só no primeiro ano de governo, Bolsonaro fechou 27 das 92 unidades armazenadoras da Conab; praticamente acabaram com o Pro-

grama de Aquisição de Alimentos dessa companhia e reduziram drasticamente os recursos por ela movimentados: caíram de R\$ 600 milhões em 2012 para insignificantes R\$ 15 milhões em 2020. Lula, no programa citado, anunciou que vai retomar a política de estoques reguladores.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, alegou, dentre outras coisas, que, para abaixar a taxa básica de juros, seria necessário ter um marco fiscal “confiável”, ou seja, que possibilitasse a estabilização e posterior redução da

SÓ NO PRIMEIRO ANO DE GOVERNO, BOLSONARO FECHOU 27 DAS 92 UNIDADES ARMAZENADORAS DA CONAB. PRATICAMENTE, FECHARAM O PAA

relação dívida/PIB, que estaria em torno de 75%. Vale registrar que, nos países em situação semelhante, essa relação chega a superar os 100%. E, para calcular essa relação, o BC adota o critério da dívida bruta.

Mas, depois que Haddad apresentou sua proposta de arcabouço fiscal, Campos Neto pontificou, com certo ar de arrogância, para não dizer de cinismo, que não havia uma relação mecânica entre política monetária e política fiscal,

repetindo a prática bolsonarista de conviver tranquilamente com as “fake news”. Apesar do arcabouço fiscal ter sido assimilado pelo “mercado”, cabendo, assim, nessa lógica, a redução da taxa Selic, Campos Neto, mais realista do que o rei, por sua ligação com o bolsonarismo, teima em manter os juros elevados.

Relação “mecânica” não há entre as duas políticas, mas de nada adianta fazer um esforço fiscal, como o que está fazendo o ministro Haddad pela via do aumento da receita, se esse aumento é consumido pelos juros exorbitantes. A equipe de Campos Neto, acólita da ideologia dos economistas neoliberais, alega que se deve cortar a despesa, mas não toca na principal despesa pública que são os encargos financeiros da dívida, ou seja, o pagamento de juros.

Por sua vez, não há nada na teoria e nem na experiência que dê fundamentação científica a esse critério de cálculo da relação dívida/PIB com base na dívida bruta. O mais correto, segundo demonstra o economista André Lara Resende, seria adotar o conceito de dívida líquida, ou seja, descontando da dívida bruta as reservas externas e as acumuladas no Tesouro, que são créditos do país. E assim se chegaria a uma relação dívida/PIB em torno de 45%. Nada amedrontador. Além disso, não há um limite ideal pré-estabelecido dessa relação porque, sendo a imensa maioria da dívida brasileira em moeda nacional, o real, não há risco de “calote”. A dívida pode, num momento de crise, ser abatida com emissão monetária.

É possível concluir, portanto, que as elevadas taxas de juros praticadas pelo Banco Central não cumprem o papel que lhes é atribuído pelos tecnocratas políticos do banco; mas deixam no seu rastro a quebra de empresas, inclusive de grandes varejistas, e o sucateamento e paralisação de

obras públicas, possibilitando a Campos Neto cumprir sua ameaça, feita no ano passado, de promover uma recessão no país.

Mesmo a taxa anual de inflação tendo chegado a um nível abaixo de 4% (mais precisamente, 3,94% nos doze meses encerrados em maio último), portanto dentro do limite superior da tão decantada meta (4,75%), a equipe do BC protela a indispensável e inadiável derrubada da taxa de juros, sob a alegação de que a expectativa é que a inflação voltará a subir no segundo semestre deste ano.

Até aí nenhuma novidade: qualquer um que acompanhe a evolução da economia brasileira sabe que, sempre, no segundo semestre, ocorre uma pressão altista sobre os preços. Mas é um fenômeno claramente sazonal: trata-se do período de entressafra agrícola, quando tende a ocorrer essa pressão. Como assinalamos antes, o governo brasileiro costumava enfrentar esse problema adquirindo produtos agrícolas no período de safra no primeiro semestre e formando os estoques reguladores, os quais eram “desovados” na entressafra no segundo semestre por meio da rede da Conab, regulando assim os preços.

Essas taxas de juros, havendo chegado a esse nível tão elevado (repita-se: a maior do mundo em termos reais) e, além do mais, com um longo período de permanência nesse nível, prejudicam a praticamente todos os setores da nação, dos trabalhadores aos empresários da indústria, do comércio e do mundo rural, inclusive aos bancos, que deixam de receber o pagamento dos devedores endividados. Bancos estão quebrando nos EUA por essa razão.

Aqui, no Brasil, 71% dos empresários da indústria, segundo pesquisa da CNI, responderam que os juros altos são o principal entrave à obtenção de crédito. Isso permite formar e mobilizar

uma ampla frente contra os juros altos e pela retomada do crescimento econômico.

Cada vez mais isolado, o presidente do BC, em reunião com empresários do varejo, chegou a admitir que, como as taxas longas (de longo prazo) caíram 3 pontos percentuais (de 13,5% para 10,5%) no último mês e meio, “abre espaço [para a queda da Selic]”. Mas, recalcitrante como é, a tendência é, no máximo, ensaiar um faz-de-conta, isto é, promover uma redução insignificante da Selic e seguir resistindo a uma derrubada mais

NA REFORMA TRIBUTÁRIA, LULA PROMETE COBRAR IMPOSTO DE RENDA DO RICO, QUE HOJE NÃO PAGA NADA MESMO SOBRE SEUS LUCROS E DIVIDENDOS

substancial dessa taxa.

E a emissão de moeda não poderia também ser utilizada no investimento público? Claro que sim. Keynes já demonstrou que, caso a economia esteja com capacidade ociosa, pode ser emitida moeda para realizar investimento público, o que ensejaria o aumento da produção, e não dos preços.

Como fonte de financiamento, pode-se recorrer também à revogação de parte da desoneração tributária, que o ministro Haddad

estima em R\$ 600 bilhões por ano (mais precisamente, levantamento meticuloso do Ministério do Planejamento calculou a cifra de R\$ 581 bilhões para 2022), e ele pretende recuperar R\$ 150 bilhões para recompor o orçamento. Há dois anos atrás, quando estimou o montante de R\$ 457 bilhões, levantamento realizado pela Anafisco concluiu que só seria justificável econômica e socialmente o valor de R\$ 141 bilhões, podendo, portanto, ser recuperados R\$ 316 bilhões.

Podem ainda ser obtidos recursos de uma reforma tributária que, conforme promete Lula, ponha o pobre no orçamento e o rico no imposto de renda. Isso significa cobrar imposto do rico, que, por exemplo, não paga imposto sobre distribuição de lucros e dividendos, e isentar o pobre, que, além da pesada carga de imposto sobre o consumo, ainda é vítima de um escorchante imposto de renda. Uma reforma do IR teria que torná-lo mais progressivo, pois, regressivo como é, taxa mais pesadamente os que estão na base da pirâmide.

Lula prometeu isentar de IR até o limite de ganho de R\$ 5.000 por mês: até aqui, isentou até R\$ 2.640. Mas o presidente anunciou, em sua primeira “Conversa com o Presidente”, que até o final do governo chegará aos R\$ 5.000.

Além disso, por estratégia política, conforme declaração do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, o governo optou por dobrar a reforma tributária em duas fases: primeiro, fazer a reforma da estrutura de consumo e produção para depois aprovar a reforma do IR.

Enquanto isso, a equipe de Haddad está escarafunchando a estrutura tributária para descobrir áreas que deveriam pagar imposto, mas, por algum artifício legal ou ilegal, deixam de fazê-lo, envol-



NOVO MARCO FISCAL A nova lei, em discussão no Congresso Nacional e construída pela equipe econômica liderada por Haddad e Tebet, é mais flexível que a anterior, sobretudo porque desconstitucionaliza o regime fiscal

vendo a elisão fiscal e a sonegação. É justo fazer esse esforço, mas a ele deve se somar o objetivo de juntar recursos para o investimento, em lugar de servir para cobrir o déficit público, ou seja, pagar juros.

A renda petroleira, assim como a da mineração e a hidráulica, constitui fonte fundamental de recursos para o investimento. Um bom exemplo foi dado pela Noruega, que, ao descobrir petróleo na década de 1970 e destinar a maior parte da receita aos cofres públicos e, por conseguinte, ao investimento e ao bem-estar social, levou o país a conquistar o maior IDH do mundo.

Essas fontes de receita são suficientes para financiar a retomada do investimento público nos níveis necessários para realizar a reconstrução nacional e abrir espaço para a retomada do desenvolvimento. O problema é que têm servido para alimentar a renda da oligarquia financeira, enriquecer os já ricos beneficiários tanto da isenção fiscal quanto de uma estrutura de imposto regressiva, incrementar o

lucro extraordinário das empresas monopolistas, alimentar o capital estrangeiro especulativo que invade o país. O nó górdio que tem de ser desatado para desmontar essa estrutura financeiro-especulativa e começar a construir uma econo-

mia produtiva são as elevadas taxas de juros.

E que papel cumpre o novo marco fiscal, nascido do arcabouço, no financiamento do investimento? O NMF é um avanço em relação à lei do teto de gastos, ao estabelecer: a) um aumento real do investimento que estava engessado por essa lei (mínimo anual de 0,6%); b) um piso mínimo para o nível de investimento da administração direta (fixado inicialmente em torno de R\$ 78 bilhões por ano); c) a destinação ao investimento de um eventual excedente da meta de superávit primário; d) a incorporação no piso do investimento da ampliação dos recursos conquistada por meio da PEC da Transição.

A nova lei é mais flexível que a anterior, sobretudo porque desconstitucionaliza o regime fiscal. Mas impõe ao país um crescimento dos gastos públicos inferior à média dos governos dos presidentes Lula e Dilma Rousseff, de 2003 a 2016, em uma situação muitíssimo mais grave, marcada pela ampliação da po-

**O MARCO FISCAL
É UM AVANÇO EM
RELAÇÃO À LEI DO
TETO DE GASTOS,
AO ESTABELECE
UM AUMENTO REAL
DO INVESTIMENTO
QUE ESTAVA
ENGESSADO**

breza, da fome, da desindustrialização e do sucateamento dos serviços públicos.

Essa flexibilização do marco fiscal será suficiente para deslanchar e sustentar a reconstrução nacional e a deflagração do desenvolvimento, dado o nível de destruição de que nosso país foi vítima no período recente?

Uma primeira resposta a essa questão é que as limitações contidas na lei restringem a capacidade do orçamento federal de aplicar recursos num ousado projeto de desenvolvimento. A proposta formulada pela equipe da Fazenda, ao comprometer-se a gerar superávit "primário" a partir de 2025, estabilizando a relação dívida/PIB em 2026 em torno de 76%, impunha certos limites ao investimento público.

Para o atingimento dessas metas, o conjunto da despesa pública, incluindo o investimento, só poderia crescer, no máximo, a 70% do crescimento real da receita, limitando-se ainda a um crescimento real máximo de 2,5% ao ano. Registre-se que, nos dois outros governos de Lula, a despesa pública cresceu, em média, em termos reais, a 5,2% ao ano. Além disso, o eventual excedente do superávit "primário" não será integralmente destinado ao investimento, mas apenas 70% dele; além do que estaria limitado por um valor máximo de R\$ 25 bilhões por ano, que o relator converteu em 0,25% do PIB.

A peça construída pelo relator na Câmara, deputado Claudio Cajado, exacerbou ainda mais esses limites (por exemplo, ao baixar o nível inicial do investimento de R\$ 78 bilhões para R\$ 65 bilhões), além de criar sanções em caso de descumprimento das metas, podendo, inclusive, comprometer a administração pública e penalizar o servidor público. O relator foi mais exigente do que o próprio "mercado", que

já havia "precificado" a permanência de déficit durante os quatro anos de governo Lula.

Mas o ingresso no Tesouro dos recursos obtidos das fontes citadas terminará inundando-o de recursos que não caberão nesses limites. Situação semelhante ocorreu com os rígidos limites do teto de gastos. Em algum momento, essas novas regras serão superadas pelo choque de realidade, que teima em cobrar seu preço quando menos se espera. E a economia brasileira tomará

O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO CONTARÁ TAMBÉM COM UMA REDE DE ESTATAIS, QUE DEVE SER RECONSTRUÍDA A PARTIR DA REMONTAGEM DA PETROBRÁS

seu rumo, que é o de desenvolver esse imenso potencial que abriga em seu território.

Além disso, o investimento público não se limita aos recursos do orçamento da administração direta da União. O processo de reconstrução nacional contará também com uma rede de empresas estatais, que deve ser reconstruída a partir da remontagem da Petrobrás (além de haver sido espartilhada e vendida áreas importantes, como o refino e a distribuição, vinha distribuindo

quase o total de seu lucro para os acionistas, em que se destacam "investidores" estrangeiros, deixando de fazer os investimentos indispensáveis) e da recuperação da Eletrobrás (veja o escândalo: no apagar das luzes, Bolsonaro/Guedes "privatizaram" a Eletrobrás, mantendo 43% das ações nas mãos do governo, mas com direito a voto no máximo de 10%; a Advocacia Geral da União já acionou a Justiça para corrigir essa falcatrua). A rede de empresas estatais possibilitará a reconstrução de setores da economia que foram dizimados: é o caso da indústria naval.

Também cumprirá um papel destacado o financiamento público, devendo para isso ser recuperado o papel do BNDES e de outros bancos públicos, como o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, a Caixa Econômica e a Financiadora de Estudos e Projetos (cujo orçamento já foi recomposto), no investimento na atividade produtiva.

O BNDES, que, no governo Bolsonaro, devolveu toneladas de dinheiro ao Tesouro Nacional, em lugar de receber aportes, como nos governos anteriores de Lula, para financiar a atividade produtiva, já está sendo reorganizado para voltar a cumprir esse seu papel histórico. Em seminário conjunto entre o banco e a CEPAL, Mercadante garantiu que o BNDES voltará a ser o banco da indústria, da infraestrutura e dos demais setores estratégicos. •

São Paulo, 15 de junho de 2023

Fundação João Mangabeira
Fundação Leonel Brizola/Alberto Pasqualini
Fundação Maurício Grabois
Fundação Perseu Abramo
Fundação Rede Brasil Sustentável
Fundação Verde Herbert Daniel
Instituto Claudio Campos

BRASIL

MELHORA A OLHOS VISTOS

Efeito Lula: agência de risco S&P avalia país positivamente pela primeira vez em quatro anos. Ambiente já é de “credibilidade, estabilidade e previsibilidade”. “É muito significativo”, celebrou o ministro Fernando Haddad. “O Brasil precisa voltar a crescer, não há outra alternativa”

Em menos de seis meses de administração, o governo Lula emplacou um conjunto poderoso de ações e políticas públicas que rapidamente alteraram o quadro econômico e social do país. O resultados têm aparecido ao longo das última semanas: revisão para cima das projeções de crescimento do PIB em 2023, agora em mais de 2%, bem como de queda da inflação, de 5,69% para 5,42%.

Como prometido por Lula na campanha, o Brasil já vive um ambiente de “credibilidade, estabilidade, e previsibilidade”. Na quarta-feira, 14, a agência de classificação de risco S&P Global Ratings alterou a perspectiva de rating (nota de crédito) do Brasil de estável para positiva pela primeira vez em quatro anos.

A classificação indica a situação de “risco” de um país, ou seja, qual

é a capacidade que a nação tem de honrar de seus compromissos e dívidas. A mudança de percepção da agência reflete o trabalho da equipe econômica do Ministério da Fazenda, sob a coordenação de Fernando Haddad.

Com a arrumação do caos orçamentário deixado pelo governo Bolsonaro e a celeridade com que a atual gestão apresentou o novo regime fiscal ao Congresso, além das medidas econômicas que reduziram a inflação e aumentaram o poder de renda dos trabalhadores, o Brasil voltou a ser um país seguro para investidores.

“O crescimento contínuo do PIB, somado ao quadro emergente para a política fiscal, pode resultar em uma carga de dívida pública menor do que o esperado, o que pode apoiar a flexibilidade monetária e sustentar a posição externa líquida do país”, apontou a agência em

comunicado distribuído à imprensa global.

Com efeito, logo após o anúncio da agência, o dólar despençou, chegando ao valor de R\$ 4,80, o menor em mais de um ano. Já o índice Ibovespa subiu 2%, o maior nível desde outubro. As boas novas foram comemoradas pelo ministro da Fazenda, que classificou a mudança como “um passo importante”. Ele também agradeceu ao Congresso e ao Judiciário pelas contribuições e suporte ao trabalho da Fazenda no reequilíbrio das contas públicas, mas disse que a nova classificação é apenas o começo, pois há muito trabalho pela frente.

“O Brasil precisa voltar a crescer”, disse Haddad. “Não há outra alternativa para um país do tamanho do nosso e com nossa gente. Crescer com emprego, dignidade, renda e responsabilidade”. Ele apontou o reconhecimento ao tra-

balho série da equipe econômica.

“Você vê que a menção à nova regra fiscal foi feita, a menção às perspectivas de aprovação da reforma tributária, às medidas de reoneração, de corte, de gasto tributário... Tudo isso foi mencionado na nota [da agência]”, destacou. “É importante que uma agência externa consiga observar esses avanços do Brasil. Tem muito trabalho pela frente, é só um começo. Se mantivermos o ritmo de trabalho das duas casas e do Judiciário, eu quero crer que nós vamos conseguir atingir os objetivos”.

Ao noticiar a mudança de classificação, na mesma noite, o Jornal Nacional, da Rede Globo, lembrou que o Brasil ocupa hoje um grau intermediário na classificação de risco da S&P, mas que, “em um passado não tão distante”, no governo Lula, em 2008, o país ocupou o primeiro grupo.

“O Brasil obteve o chamado grau de investimento e passou a ser considerado um destino seguro para os investidores”, apontou a reportagem. Detalhe: o feito de Lula ocorreu justamente no momento em que o mundo mergulhava em uma crise mundial, causada pelo estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos e a consequente quebra do banco Lehman Brothers.

Apesar do clima de comemoração, Haddad voltou a cobrar do Banco Central uma redução dos juros, cujo patamar, de 13,75%, tem sido o grande entrave ao crescimento brasileiro. De acordo com o ministro, “está faltando o Banco Central se somar a esse esforço”.

“Quero crer que nós estamos prestes a ver isso acontecer, na hora em que estivermos todos alinhados, a coisa vai começar a prosperar”, disse, em referência às políticas fiscal e monetária, hoje em desarmonia por causa da teimosia do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em segurar a Selic próxima da estratosfera. •

PETROBRÁS REDUZ O PREÇO DA GASOLINA

Sob Lula, a Petrobrás reduz em 4,66% as tarifas do combustível nas refinarias, que passam a comprar a R\$ 2,66 o litro. Queda de R\$ 0,13 reduz item ao menor patamar desde junho de 2021. FGV aponta que corte deve puxar inflação para baixo

Com cinco meses e meio de administração, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva coleciona boas notícias na economia, dia após dia. Para não perder o costume, o país fechou a última semana com mais outra boa nova: a redução do preço da gasolina, determinada pela Petrobrás na quinta-feira, 15. O litro do combustível passa a valer R\$ 2,66 nas refinarias.

Antes estabelecido em R\$ 2,78, o litro teve uma queda de R\$ 0,13, o que corresponde a 4,66%. É o menor patamar desde junho de 2021. O corte se segue ao anunciado em maio pela estatal, no valor de R\$ 0,40, confirmando o novo direcionamento da Petrobrás após o fim do famigerado Preço de Paridade de Importação (PPI), que dolarizava o preço dos combustíveis.

“Ciente da importância de seus produtos para a sociedade brasileira, a companhia destaca que na formação de seus preços busca evitar o repasse da volatilidade conjuntural do mercado internacional e da taxa de câmbio, ao passo que preserva um ambiente competitivo salutar nos termos da legislação vigente”, aponta nota divulgada pela empresa.

A queda no preço dos combustíveis deve ter impacto positivo na inflação até o mês de junho. A estimativa foi confirmada pela Fundação Getúlio Vargas, após o anúncio feito pela Petrobrás. Segundo o economista da FGV André Braz, como o corte foi anunciado no meio de junho, até meados de julho, a inflação pode sofrer uma redução de 0,8%.

O preço dos alimentos também deve contribuir para uma desaceleração no índice geral da inflação em 2023, apontam especialistas. A ponto de o ano fechar com a menor inflação de alimentos em seis anos. Segundo o IBGE, projeções indicam para uma inflação de cerca de 3% ou menos para alimentação em domicílio no acumulado de 2023 do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Do mesmo modo, em junho houve deflação no atacado no Índice Geral de Preços-10, o chamado IGP-10. Segundo a FGV, a taxa teve queda de 1,53% em maio, mas recuou ainda mais em junho: 2,20%. Em 12 meses, a redução foi de 6,31%, a mais forte da série histórica. Em junho de 2022, o IGP-10 foi de 0,74%, acumulando elevação de 10,40% em 12 meses. •



CHINA MAIS INFLUENTE NA AMÉRICA LATINA

União Europeia e EUA não têm mais o prestígio de outrora com os países da região, mas Pequim só aproveitou a oportunidade. É que o Ocidente abandonou descuidadamente as relações com estados sul-americanos

Alicia Garcia-Herrero | Asia Times

Há muito tempo, quase tudo o que acontece na região latino-americana tem algo a ver com a China. Esse relacionamento começou com o comércio de commodities, quando a China se tornou o principal comprador do mundo depois de colocar sua economia em esteróides para protegê-la

dos efeitos da crise financeira global em 2008.

A China logo conseguiu virar a mesa inundando os países latino-americanos com suas exportações de bens de consumo. E, mais recentemente, também de produtos intermediários, como máquinas, componentes eletrônicos e muitos outros, competindo diretamente com os Estados Unidos. Mas, acima de tudo, compete ainda com uma Europa que por

décadas se beneficiou de seu poder de exportação global.

Quando a maioria dos países latino-americanos começou a acumular déficits comerciais com a gigante asiática, a China começou a desenvolver um segundo nível de influência econômica – o investimento direto. Apesar da competitividade da China no setor manufatureiro, não foram essas empresas que começaram a produzir na América Latina, mas sim o

setor de eletricidade, bem como a busca pelo controle dos recursos naturais.

Além do investimento direto, a participação da China na construção de infraestrutura na região foi financiada por empréstimos de seus grandes bancos de desenvolvimento, que só aumentaram a dívida latino-americana. Mas desta vez com a China. Na verdade, em alguns casos, o acúmulo de dívidas tem sido tão rápido que acabou na necessidade de reestruturá-la, como mostra o caso do Equador.

Tendo atingido um nível muito mais amplo de relações econômicas, não devemos nos surpreender que a China também tenha sido capaz de avançar suas relações diplomáticas com grande parte da região. De fato, nos últimos anos, dos países latino-americanos que ainda tinham relações diplomáticas com Taiwan, vários se voltaram para Pequim, com o Panamá como um caso proeminente por causa de sua importância estratégica derivada do canal, mais recentemente, Honduras.

As incertezas sobre o futuro das relações diplomáticas com Taiwan dos poucos países restantes são enormes, como refletido na evolução das recentes eleições no Paraguai.

Mas não é só Taiwan. As tendências políticas na região estão, sem dúvida, sendo influenciadas pela China, como evidenciado pela campanha eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil e sua política externa. De forma mais geral, os ventos de esquerda estão ficando mais fortes, com vista a um modelo alternativo de desenvolvimento no qual o Estado desempenha um papel maior.

Embora a influência da China possa parecer incontida por si só, a realidade é que tanto os EUA quanto a União Europeia tornaram isso muito fácil. Ambos os blocos econômicos não levan-

ram a sério o suficiente a importância de alcançar acordos comerciais e de investimento com a América Latina e têm perdido influência na região.

No caso dos EUA, a crise financeira, sem dúvida, deixou uma lacuna na apreciação do cidadão comum dos benefícios do comércio internacional. Na UE, a falta de um acordo com o Mercosul após mais de 20 anos de negociações é paradigmática das dificuldades que uma área econômica, em vez de soberana, tem em um mundo onde as regras do comércio internacional são quebradas e os países membros não estão dispostos a fazer as concessões necessárias para avançar.

Além dos acordos comerciais, parece difícil pensar como a UE pode manter uma influência proporcional ao seu tamanho econômico – que, aliás, também está encolhendo em termos relativos – com um quadro institucional tão complicado que nos abre para o *status quo*.

É fácil culpar a China pela perda de influência das potências ocidentais na região latino-americana, mas a realidade é que Pequim só aproveitou a oportunidade que o Ocidente abandonou descuidadamente.

Olhando para o futuro, a questão é se a mudança de estratégia do Ocidente em relação à China, que defende a redução dos riscos inerentes à sua dependência crítica do gigante asiático para alguns setores-chave, como a transição energética, também poderia ter consequências para a estratégia do Ocidente em relação à América Latina. Esta é uma região com laços muito importantes, históricos e culturalmente, mas também ainda detém abundantes matérias-primas críticas. •

Economista-chefe da Ásia-Pacífico na Natixis e pesquisadora sênior da Bruegel.

Tradução de Olímpio Cruz Neto

HONDURAS QUER INGRESSAR NO BANCO DOS BRICS

A presidente da República de Honduras, Iris Xiomara Castro Sarmiento, solicitou formalmente a admissão do país no Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), liderado pelos Brics, depois de ser recebida pelo presidenta Dilma Rousseff, na sede do banco em Xangai no sábado, 10. Ela também visitou um centro de pesquisa da Huawei, destacando a cooperação com a China.

Além de promover o consenso político, a cooperação pragmática nos campos econômico e comercial também pode ajudar a criar uma base sólida para as relações China-Honduras, de modo a garantir que as relações bilaterais possam ir mais longe, observaram especialistas.

“Acreditamos que podemos ter aqui todas as possibilidades de encontrar mecanismos que nos permitam desenvolver nossa economia, bem como encontrar aliados permanentes que nos permitam dar uma qualidade de vida diferenciada aos nossos povos”, disse Xiomara Castro.

Durante reunião com Dilma Rousseff, ela pediu formalmente para ingressar no banco, anunciando que uma comissão técnica do governo hondurenho iniciará o processo nos próximos dias. Honduras quer mais apoio de instituições financeiras multilaterais como o NDB para financiamento, especialmente em áreas como infraestrutura, e também esperam promover o desenvolvimento de seu país por meio da cooperação científica e tecnológica. •



TIO SAM ESCANCARA O JOGO

Em comício durante convenção do Partido Republicano na Carolina do Norte, Donald Trump confessa: tomaria o petróleo da Venezuela e derrubaria o governo, se estivesse no poder. Maduro reage: "O Império nunca vai conseguir"

Os Estados Unidos estão desesperados diante da perda da influência sobre o continente sul-americano. No sábado, 10, o ex-presidente Donald Trump, durante convenção do Partido Republicano, na Carolina do Norte, rompeu com qualquer tipo de escrúpulo e mostrou que a América continua a ser a mesma de sempre. Diante dos desafios da geopolítica e

da perda da hegemonia, Trump escancarou o jogo: "Quando eu saí, a Venezuela estava prestes a colapsar. Nós teríamos tomado o país e pegado todo aquele petróleo. Seria ótimo", disse.

O presidente Nicolás Maduro rebateu na segunda-feira, 12, as declarações de Trump, durante encontro entre as delegações do Irã e da Venezuela. "Há dois dias, o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de-

clarou seu crime, um crime contra a humanidade contra o povo da Venezuela. o poder dos EUA poderia se apoderar do petróleo venezuelano, a riqueza da Venezuela. Um bom advogado diria que a confissão das partes é uma prova. Trump declarou sua culpa em crimes contra a humanidade contra o povo nobre e pacífico da Venezuela".

Ele reagiu, apontando que este é o objetivo do imperialis-

mo: apoderar-se das riquezas de seu povo, assegurando que “eles pensavam em vir controlar o petróleo, sendo a Venezuela a principal reserva certificada de petróleo do mundo”. O presidente foi duro: “Esta é a riqueza material que pertence única e exclusivamente ao povo da Venezuela. A mais ninguém”.

“Trump não conseguiu o que queria com a Venezuela. Nenhum império pode fazer o que quer com a Venezuela, porque estamos firmemente plantados na ideia de (Simón) Bolívar, na ideia de Chávez – construir um país independente e construir com nossos próprios esforços, como estamos fazendo, uma nova prosperidade econômica, um novo modelo econômico, com novas fontes de riqueza para nossa pátria, para nossa país”, comentou.

O ex-presidente Donald Trump disse ainda que os EUA “enriquece um ditador” ao comprar a commodity venezuelana, numa crítica direta ao seu principal adversário, o presidente Joe Biden, do Partido Democrata, que vai tentar a reeleição em 2024. “Agora estamos comprando petróleo da Venezuela, então estamos enriquecendo um ditador. Vocês acreditam? Ninguém consegue acreditar nisso. E o petróleo deles é um lixo, é horrível, o pior que podemos pegar”, declarou.

Trump disse que, durante seu mandato, congelou todos os bens do governo venezuelano nos Estados Unidos e proibiu transações com o país. A medida também proibiu transações de empresas ou indivíduos com a Venezuela e ameaçou sanções a quem descumprisse a ordem. Embargos similares são aplicados pelos EUA à Coreia do Norte, Cuba, Irã e Síria.

Em março de 2020, o governo norte-americano passou a oferecer recompensa de US\$ 15

Reuters



REAÇÃO O presidente Nicolás Maduro reagiu: “Trump não conseguiu o que queria. Nenhum império pode fazer o que quer com a Venezuela”

milhões por informações que pudessem levar à prisão de Maduro. A Casa Branca também estipulou valores para a prisão de outros 14 integrantes do alto escalão chavista. À época, o então secretário de Justiça, William Barr, disse que o presidente venezuelano e seu círculo conspiraram com rebeldes colombianos para “inundar os Estados Unidos com cocaína”. Segundo a ação, Madu-

ro liderou e ajudou a administrar uma organização de narcotráfico denominada Cartel de Los Soles.

Em 2018, a agência de notícias internacional Associated Press (AP) revelou que o presidente Donald Trump teria pressionado seus conselheiros a invadir a Venezuela. A AP informou que fontes próximas a Trump alegaram que o presidente fez uma pergunta perturbadora aos seus conselheiros no Salão Oval em agosto de 2017: “Por que os Estados Unidos não podem simplesmente invadir o país conturbado?”

A proposta surpreendeu os presentes na reunião e teria levado à saída do ex-secretário de Estado Rex Tillerson e do ex-conselheiro de segurança nacional HR McMaster da administração. Tanto McMaster quanto Tillerson alertaram que a ação militar seria contraproducente e correria o risco de Trump perder o apoio dos governos latino-americanos.

O ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Yván Gil, afirmou que o ex-presidente confessou que o objetivo sempre foi roubar os recursos da Venezuela. “Trump confessa que sua intenção era apreender o petróleo venezuelano. Todo o dano que

**EM CAMPANHA
PELA CASA
BRANCA, DONALD
TRUMP CONFESSA:
“NÓS TERÍAMOS
TOMADO O PAÍS
E PEGADO TODO
AQUELE PETRÓLEO.
SERIA ÓTIMO”**

os EUA causaram ao nosso povo, com o apoio de seus lacaios aqui, teve um único objetivo: roubar nossos recursos!”, disse. “Eles não serão capazes de fazer isso. Nós sempre venceremos!”

O embaixador da Venezuela nas Nações Unidas, Samuel Moncada, reagiu: “Trump remove a máscara para 60 países satélites, para a propaganda internacional e para todos os políticos e intelectuais que apoiaram um fantoche para governar a Venezuela. O único propósito tem sido saquear petróleo do povo venezuelano. Que pena! Aqui está a confissão do criminoso”.

Em janeiro de 2021, os Estados Unidos sancionaram uma rede de empresas de comércio de petróleo, indivíduos e embarcações que ajudaram a empresa petrolífera estatal venezuelana Petróleo da Venezuela (PDVSA) a vender petróleo bruto principalmente para a Ásia, apesar das sanções de Washington à nação sul-americana.

A medida teve como alvo uma rede que o Departamento do Tesouro dos EUA diz ter ajudado a administração Maduro, cuja reeleição de 2018 Washington chamou de farsa, intermediar a venda de centenas de milhões de dólares em petróleo venezuelano. Os Estados Unidos apoiaram Guaidó e apontaram-no como “presidente do governo de transição” de 2019 até o final de 2022.

Em maio, o ex-líder da oposição visitou Washington, onde esperava se encontrar com autoridades do governo Biden, durante uma aparição surpresa na Conferência de Washington sobre as Américas. O governo Biden afrouxou sanções contra o governo Maduro em 2022 e, em novembro do ano passado, concedeu à Chevron autorização limitada para retomar o bombeamento de petróleo da Venezuela. •



CONTUNDÊNCIA Jack Smith, indicado pelo procurador-geral e responsável pelas acusações, foi direto: “Ninguém está acima da lei”

NOVAS ACUSAÇÕES CONTRA DONALD

Trump é acusado formalmente por crimes federais no tribunal de Justiça de Miami. Sonha em voltar à Casa Branca, mas é acusado de mentir e reter ilegalmente documentos de segurança nacional

O empresário estadunidense Donald Trump está prestes a mergulhar num processo criminal na Justiça Federal dos Estados Unidos que podem tirá-lo definitivamente da corrida presidencial pela Casa Branca. Na última terça-feira, 13, promotores federais formalizaram 37 acusações criminais contra o ex-presidente, apontando que ele mentiu reteve ilegalmente alguns dos segredos de segurança nacional mais sensíveis do governo. O caso corre na Justiça Federal de Miami.

Se Trump for condenado, a

pena máxima de prisão varia de cinco a 20 anos de detenção. Mas especialistas disseram que era improvável que ele cumprisse tanto tempo de prisão, se fosse preso. Pode haver mais complicações legais por vir. A promotoria ainda está supervisionando uma investigação separada sobre a suposta interferência na eleição presidencial de 2020, assim como Fani Willis, a promotora distrital no condado de Fulton, Geórgia.

É a primeira vez na história dos Estados Unidos que acusações criminais federais são apresenta-

das contra um ex-presidente. O empresário – que tenta disputar novamente o governo dos EUA pelo Partido Republicano – acusou os promotores de realizar uma “caça às bruxas”. Jack Smith, o conselheiro especial nomeado pelo procurador-geral Merrick Garland para supervisionar as investigações contra o ex-presidente, estava presente no tribunal.

“Temos um conjunto de leis neste país e elas se aplicam a todos”, disse Smith, após a acusação ter sido aberta, há duas semanas. Ele encorajou o público a ler a acusação na íntegra “para entender o escopo e a gravidade dos crimes pelos quais o ex-presidente é acusado”. O processo inclui uma lista de 31 documentos que Trump supostamente escondeu, incluindo um sobre “as capacidades nucleares de um país estrangeiro” e outro sobre “suporte de países estrangeiros a atos terroristas”.

O ex-presidente se declarou inocente das acusações. Mais uma vez, Trump jogou para a plateia e posou de vítima. Ele descreveu o dia como “um dos mais tristes... da história do nosso país”. Pouco antes de entrar no tribunal, declarou: “Somos uma nação em declínio”. É a segunda vez este ano que Trump é forçado a apresentar um recurso diante de acusações criminais depois de ter sido indiciado, em março, por promotores de Manhattan sob a acusação de falsificar registros comerciais.

A promotoria também acusou Waltine Nauta, uma ex-assessora da Casa Branca que trabalhava como assistente de Trump, como conspiradora. Nauta é acusada de mover caixas de documentos ao redor da propriedade de Mar-a-Lago a pedido do ex-presidente. A dupla foi convocada para comparecer no tribunal federal em Miami, na terça-feira.

As imagens de televisão da carreta do serviço secreto de

Trump viajando para o tribunal ao longo de um trecho fechado da rodovia na Flórida foram surpreendentemente semelhantes às cenas que se desenrolaram em Nova York há pouco mais de 10 semanas. As acusações têm o potencial de atrapalhar a campanha presidencial de 2024. Trump é tido pela mídia estadunidense como o favorito para ganhar a indicação republicana, ao mesmo tempo em que aprofunda as divisões entre os americanos.

Desde que a histórica revelação das 37 acusações foi revelada, Trump atacou o governo Biden e os promotores que estão à frente do caso, rotulando-o de “ridículo e infundado”. Juristas destacaram à imprensa norte-americana que ficaram surpresos com a amplitude de evidências apresentadas pelo Departamento de Justiça. Entre outras acusações, Trump é suspeito de conspiração para obstruir a justiça, ocultar documentos em uma investigação federal e fazer declarações falsas.

A promotoria alega que Trump moveu ilegalmente material confidencial para sua residência em Mar-a-Lago, Flórida, depois de deixar a Casa Branca em 2021. E mais. Diz que ele, posteriormente, mentiu durante a investigação do governo sobre os registros. A acusação inclui fotos das caixas de documentos confidenciais empilhadas em um banheiro, no salão de baile e na sala de armazenamento em Mar-a-Lago, sua propriedade que também é um movimentado local para eventos.

O caso será ouvido por Aileen Cannon, uma juíza federal nomeada pelo próprio Trump. No ano passado, ela concedeu um pedido da defesa de Trump para indicar um “mestre especial” para revisar os registros apreendidos pelo FBI em Mar-a-Lago, embora essa decisão tenha sido anulada por um tribunal de apelação. •

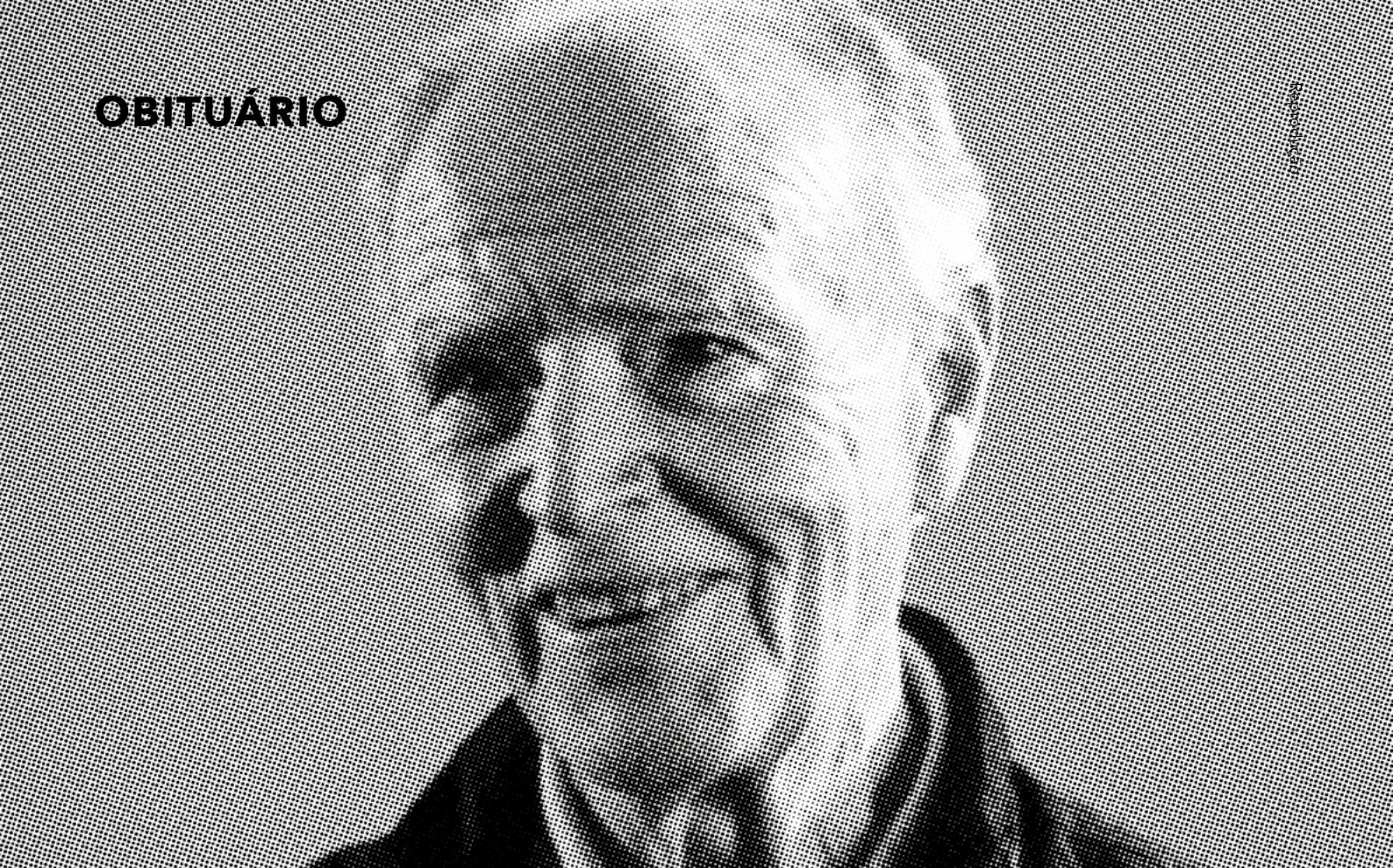
FAVORITISMO AGORA ESTÁ AMEAÇADO

Ex-vice-presidente no período em que Donald Trump ocupou a Casa Branca, o republicano Mike Pence que foi leal ao companheiro de chapa por quatro anos, está se tornando uma pedra no sapato para o empresário dublê de político. Pence se desentendeu com Trump quando o pressionou para impedir que Joe Biden assumisse o cargo.

Pois agora Mike Pence anunciou sua candidatura presidencial pelo Partido Republicano há duas semanas. E agora ataca o ex-companheiro de governo. Na semana passada, ele traçou um forte contraste com Trump, mas nem por isso está totalmente de acordo com as acusações federais contra o ex-presidente.

“Depois de ler a acusação, essas são alegações muito sérias. E não posso defender o que é alegado. Mas o presidente tem direito ao seu dia no tribunal, ele tem o direito de apresentar uma defesa e eu quero reservar o julgamento até que ele tenha a oportunidade de responder”, disse Pence ao conselho editorial conservador do *Wall Street Journal* em uma entrevista.

Pence também estava preocupado com o fato de a acusação ter sido feita sob o governo Biden. “Depois de anos de politização, é difícil para mim acreditar que a política não teve algum papel nessa decisão”, disse. Pence pediu ao procurador-geral Merrick Garland para explicar-se. “Quer saber se desempenhou na decisão de seguir em frente com uma acusação sem precedentes de um ex-presidente dos Estados Unidos”. •



UM REVOLUCIONÁRIO PROFISSIONAL

O escritor e militante comunista Wladimir Pomar nos deixou na madrugada do dia 9. Perseguido na ditadura, dedicou sua vida à luta de classe, aos livros e partidos por onde passou – sendo um dos primeiros intelectuais brasileiros a decifrar o "enigma chinês". Ele completaria 87 anos em 14 de julho

Valter Pomar

Wladimir Pomar faleceu em 9 junho de 2023, às 2h02 da manhã. Ele completaria 87 anos no dia 14 de julho de 2023. Havia planos de festejar a ocasião, chamando amigos, camaradas e a "grande família": quatro bisnetos e três bisnetas, sete netos e quatro netas, três filhos e sua esposa, Rachel.

As complicações resultantes de uma displasia impediram isso e o fizeram ter um fim de vida terrivelmente sofrido, totalmente diferente

do que ele as vezes disse querer. Foi particularmente injusto para com um camarada tão gentil, para citar um termo de Espinosa, não o filósofo, mas aquele militante bem alto, tantas vezes visto ao lado de Lula, especialmente a partir da campanha presidencial de 1989, que Wladimir ajudou a coordenar.

Wladimir Ventura Torres Pomar nasceu em Belém do Pará, no ano de 1936, filho de Catarina Torres e Pedro Pomar, militante comunista então perseguido pela ditadura Vargas. Em 1949, aos 13 anos, Wladimir também se tornou militante do Partido Comunista. Nos anos 1950, atuou no movimento estudantil e

no movimento sindical metalúrgico. Em 1962, participou do grupo que "reorganizou" o Partido Comunista do Brasil.

Preso em 1964, por resistir ao golpe militar, viveu na clandestinidade até 1976, sendo preso no chamado Massacre da Lapa, quando perderam a vida Ângelo Arroyo, João Batista Franco Drummond e seu pai, Pedro Pomar.

Wladimir saiu da cadeia em 1979, pouco antes da Anistia. Algum tempo depois, ingressou no Partido dos Trabalhadores, integrando a partir de 1984 a sua executiva nacional, como secretário de formação política. Neste período, foi um

dos coordenadores do Instituto Cajamar, participou da coordenação da campanha de Lula a deputado federal constituinte e, em 1989, foi coordenador-geral da campanha Lula presidente.

Em 1990, Wladimir encerrou seu mandato no Diretório Nacional do PT. Desde então, não voltou a ocupar nenhum cargo na estrutura partidária. Tampouco foi parlamentar, nem fez parte de nenhum governo petista, com exceção de uma meteórica passagem como assessor na prefeitura de Angra dos Reis (RJ).

Entretanto, mesmo sem cargos formais, Wladimir continuou colaborando de forma militante com o PT, por exemplo, na Fundação Perseu Abramo e em atividades de formação, além de assumir algumas tarefas de inteligência na campanha presidencial de 1994.

Exceto pelo curto período em que foi profissionalizado pelo partido, Wladimir ganhou a vida trabalhando nas mais diversas atividades, como, por exemplo, a agropecuária, o artesanato, a manutenção de máquinas pesadas e locomotivas, como linotipista, repórter, redator, diretor editorial, tradutor, consultor e professor. Noutras palavras, Wladimir era um “revolucionário profissional”, não um político profissional.

Vale dizer, também, que Wladimir não teve formação acadêmica; muitas vezes disse que seu diploma universitário “fora obtido na cadeia”. Brincadeiras à parte, é provável que a ausência de vida acadêmica tenha contribuído para manter grande parte de sua obra numa espécie de semiclandestinidade, isso apesar de ter sido – entre outras coisas – um dos primeiros brasileiros a decifrar corretamente o “enigma chinês”.

Entre as obras de Wladimir, uma vertente abordou a dialética marxista (“A dialética da história”, em quatro volumes). Outra vertente abordou temas da história do Brasil e da esquerda brasileira. É o caso de “Araguaia, o partido e a guerrilha” e de “Pedro Pomar: uma vida em

vermelho”; “Quase lá, Lula e o susto das elites”; “Um mundo a ganhar”; “Brasil, crise internacional e projeto de sociedade”; “O Brasil em 1990 e a Era Vargas: a modernização conservadora”; “Cartas do Passado”. É o caso, também, da autobiografia intitulada “O nome da vida”.

A terceira vertente dedicou-se ao debate sobre o socialismo. Wladimir Pomar escreveu diversos estudos e livros sobre a China, entre os quais “O enigma chinês: capitalismo ou socialismo”; “China, o dragão do

A HERANÇA DE POMAR, DIGNA DOS MELHORES REVOLUCIONÁRIOS, NÃO É PATRIMÔNIO DA FAMÍLIA OU DE QUALQUER GRUPO. PERTENCE AO POVO OPRIMIDO

século XXI”; “A revolução chinesa (Unesp)”; “China: desfazendo mitos”. Escreveu, ainda, uma trilogia sobre a teoria e a prática das tentativas de construção do socialismo, ao longo do século 20: “Rasgando a cortina”, “Miragem do mercado” e “A ilusão dos inocentes”.

Wladimir escreveu muito e parte segue inédita, a começar por uma carta de 2005, na qual fez alertas e críticas duras contra a conduta de certos dirigentes e filiados.

Ateu, marxista, comunista e petista, Wladimir Pomar foi recentemente convidado por seu amigo

Beluce Bellucci a escrever uma apresentação à biografia de Apolônio de Carvalho, recém-publicada na França. Entregue em março de 2023, foi o último texto publicado de Wladimir:

“Eu tinha uns 10 anos de idade quando conheci Apolônio, logo depois do final da segunda guerra mundial nos anos 1940. Ele retornara da França e foi recepcionado pela direção e por muitos militantes do então Partido Comunista do Brasil, (PCB), do qual meus pais faziam parte. Na ocasião, mais do que a áurea de herói da guerra de resistência contra as tropas nazistas que ocupavam a França, me impressionou a delicadeza com que tratava a todos, incluindo as crianças que, como eu, haviam sido levadas para conhecê-lo”.

As palavras com que Wladimir Pomar resumiu Apolônio de Carvalho sintetizam, também, a atitude do próprio Wladimir e de tantos outros heróis mais ou menos anônimos do povo brasileiro: modéstia e luta.

Há mais de 40 anos, no dia 11 de abril de 1980, por ocasião do traslado dos restos mortais de seu pai, Wladimir disse o seguinte: “Há, finalmente, quem diga que Pomar deixou uma herança. É verdade. Ele nos deixou o exemplo de sua vida, um legado de modéstia, de retidão de caráter, de dedicação à classe operária, ao povo e a seu partido, de amor entranhado à verdade, de aversão à vaidade e de constante alerta e combate aos próprios erros. Há quem queira ser dono desse legado. Essa pretensão é uma afronta a meu pai, que sempre se bateu contra o exclusivismo e o espírito de seita. A herança de Pomar, uma herança digna dos melhores revolucionários, não é patrimônio da família ou de qualquer grupo. Ela pertence a todo o seu partido, pertence a todos os revolucionários, à classe operária e ao povo explorado e oprimido”.

Wladimir Pomar presente, agora e sempre! •



ARTUR ARAÚJO, PRESENTE!

Morto aos 65 anos, militante e formulador político era colaborador da Fundação Perseu Abramo. Companheiros lembram de sua ampla formação cultural, refinamento, humor e senso prático – marcas de sua personalidade

Artur Araújo, assessor da Fundação Perseu Abramo e colaborador desta revista **Focus Brasil**, morreu no último dia 12 de junho, aos 65 anos. Artur estava na fila de espera por um transplante de coração desde que sofrera um

infarto no final de 2021. As limitações decorrentes não o impediram de continuar trabalhando e formulando propostas de ação política e pautas para reportagens e artigos. Casado por duas vezes, Artur deixa um filho, Otávio, 36 anos, que mora no Canadá.

Otávio, por sinal, era o codi-

nome que Artur adotou quando ingressou na luta contra a ditadura civil-militar brasileira. Nos anos 1970, fez parte do movimento estudantil, militou na Ação Popular Marxista-Leninista e depois no PCB, antes de ingressar no recém-fundado Partido dos Trabalhadores.

Naquela época, segundo testemunhos de pessoas que conviveram com ele, Artur já exibía algumas de suas marcas, como a ampla formação cultural, o amor pela leitura, a arguta visão política e de conjuntura. Também era conhecido pela gentileza e candura no trato pessoal, o humor fino e nada óbvio – ainda que denunciado por sua ampla risada – e um certo inconformismo com as estruturas e convenções.

Artur não concluiu o curso de Engenharia que iniciou na Escola Politécnica da USP, mas dele jamais abandonou o gosto pelo pensamento estratégico de médio e longo prazo, movido pela ideia de desenvolvimento econômico com distribuição de renda e ampliação da democracia. Ele costumava trabalhar esses temas nos artigos que publicava, nos últimos anos, em canais como o site Outras Palavras.

Ao mesmo tempo, tinha faro para os temas urgentes e de apelo popular, algo que evidenciava nas reuniões de pauta para a revista Focus Brasil. Na Fundação Perseu Abramo, ainda criou e coordenou projetos como o programa de entrevistas e debates semanal Pauta Brasil, em que colocava em cena não apenas sua sólida formação e sintonia fina com os acontecimentos recentes, mas também a arte da conversa franca e inteligente, que atraía convidados que se revelavam também amigos e seus admiradores.

Ao longo de sua trajetória, Artur atuou como assessor na prefeitura de David Capistrano Filho na cidade de Santos, entre 1993 e 1996, administração que ajudou a forjar o chamado estilo petista de governo. Ele também atuou como consultor e assessor do movimento sindical e, na iniciativa privada, como administrador no setor hoteleiro. No primeiro governo do presidente Lula, foi dirigente da Agência Brasileira de

Promoção Internacional do Turismo (Embratur).

Sua segunda esposa, Sonia Castelar, geógrafa e professora, destaca o compartilhamento como uma das facetas de Artur: “Ele era preciso em suas análises de conjuntura, muito realista e crítico. Tinha um humor bem ácido. Lia muito e conversava sobre o que lia, fazia questão de indicá-las”, lembra. “Era de boa conversa e cozinhava bem. Mas o Artur tinha algo muito especial e raro nos dias atuais: era ético,

ARTUR FEZ PARTE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL, MILITOU NA AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA E NO PCB, ANTES DE INGRESSAR NO PT

correto e leal com seus amigos. Muito coerente com seus princípios políticos”.

Aloizio Mercadante foi quem convidou Artur para trabalhar na Fundação Perseu Abramo, quando presidiu a organização, entre 2020 e 2022. Atual presidente do BNDES, Mercadante se recorda do amigo, que conheceu na USP e no movimento estudantil: “Ele teve uma vida dedicada à luta por um país democrático, justo, solidário e socialista. Foi um militante com profundo compromisso, competência e dedicação com

a nossa causa. Nesse período mais recente, contribuiu muito, especialmente depois do golpe contra a presidenta Dilma, a partir da Fundação Perseu Abramo, na constituição dos Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPPs), do Plano Emergencial de Emprego e Renda, do Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil, que foi a base do programa de governo da chapa Lula-Alckmin”.

O pneumologista que o acompanhou no tratamento ao longo dos últimos anos e também militante do PT, Ubiratan de Paula Santos, fala dele como uma pessoa brilhante. “Eu o conheci quando trabalhávamos em Santos, há mais de 30 anos. Era um companheiro de luta pela democracia e pelo socialismo dentro do PT. Leitor voraz, sentiremos falta de sua inteligência e cultura geral muito extensa, com capacidade de intervir sobre os mais variados assuntos. Certamente uma perda importante para todos nós”, lamenta.

O professor Gilberto Maringoni, também amigo de Artur Araújo, despediu-se destacando a combinação de pragmatismo e refinamento: “Artur foi um intelectual sem obra escrita ou vida acadêmica. Era um cultor da conversa e da polêmica, com percepções e sacadas sempre inusitadas e dono de irritante realismo. Chamava atenção sempre para aspectos concretos e quase comezinhos da vida política”, escreveu.

“Mesmo quando estava em uma situação de saúde delicada e internado no hospital, Artur me pediu para continuar trabalhando e colocamos banda larga e computador no quarto dele para que ele seguisse ativo”, lembrou Mercadante. “Artur deixa uma imensa saudade e o exemplo de ter sido um companheiro dedicado, íntegro e incansável”. •

Reprodução



22 de junho de 1941

TROPAS ALEMÃS ATACAM A URSS

Rasgando o pacto de não agressão firmado em agosto de 1939 entre Moscou e Berlim, três milhões de soldados alemães, acompanhados de forças da Finlândia e da Romênia, marcham sobre o solo soviético. É a Operação Barbarossa, que pega os soviéticos de surpresa.

Ferindo todas as regras do direito internacional, as tropas alemãs deram início a uma brutal guerra de extermínio. A intenção era ocupar rapidamente o território, dizimar sua população – para a ideologia nazista, os eslavos eram uma raça inferior –, explorar as riquezas das terras soviéticas e, no futuro, construir um grande império germânico, do Atlântico até os montes Urais.

Nas primeiras semanas, os alemães e seus aliados avançariam sem dificuldades, massacrando a população. A reação soviética só começaria no final de agosto.

Foi um dos episódios mais dramáticos da Segunda Guerra Mundial. Ao final do conflito, cerca de 20 milhões de soviéticos teriam perdido a vida.

20 de maio de 1953

LACERDA VAI À GUERRA CONTRA 'ÚLTIMA HORA'

Pega fogo a guerra da UDN contra o jornal "Última Hora" e seu dono, Samuel Wainer. O objetivo, mais uma vez, é atingir o presidente Getúlio Vargas. Nas bancas, tomando quatro colunas, a manchete do jornal "Tribuna de Imprensa", de Carlos Lacerda, acusa o veículo que nascera governista e havia rapidamente conquistado espaço e público, não apenas por ser o único a defender o governo Vargas, mas também por sua linguagem inovadora, qualidade gráfico-editorial e excelentes profissionais.

"Esbanjavam dinheiro do Banco do Brasil", dizia a manchete da "Tribuna", relatando supostas declarações do advogado Herófilo Azambuja de que o dinheiro usado para abrir a "Última Hora" fora um empréstimo irregular a Samuel Wainer.

O financiamento à "Última Hora" seria explorado de todas as formas por Carlos Lacerda e pela UDN – como prova de tráfico de influência, de corrupção e até de simpatia de Wainer pelo comunismo. Lacerda chamaria o jornal de "antro de comunistas", e Wainer,

de agente do serviço secreto soviético, a KGB.

A única "evidência" apontada por Lacerda para sustentar essa acusação era o local de nascimento de Wainer, a Bessarábia, território romeno ocupado pela União Soviética – além disso, a lei proibía a estrangeiros possuir veículos de comunicação.

Lacerda repetia tais ilações diariamente, não só nas páginas de seu jornal, mas também nos microfones da Rádio Globo, de Roberto Marinho, e na TV Tupi, onde recebeu um programa diário do dono da emissora, Assis Chateaubriand.

No Congresso, a UDN convocaria uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar a legalidade do empréstimo. A conclusão foi que Wainer havia exercido tráfico de influência para obter os recursos.

A comissão, porém, não conseguiu estabelecer um vínculo entre o empréstimo e o verdadeiro alvo da denúncia, o presidente Vargas, e teve de se contentar em acusar o presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet.

Reprodução





24 de Junho de 1960

AÇÃO DOS SEM-TERRA FAZ NASCER O MASTER

Nasce o Movimento dos Agricultores sem Terra (Master), resultado da luta de trezentas famílias de camponeses sem terra, que vêm resistindo à reintegração de posse de 1.800 hectares na localidade de Faxinal, município de Encruzilhada do Sul (RS).

Nos dois anos seguintes, com o apoio do governador Leonel Brizola e do PTB, e também de militantes do PCB, o Master organizaria associações rurais nos municípios gaúchos.

Em 1962, o Master passaria a organizar acampamentos ao lado das áreas que queria ver desapropriadas, geralmente terras públicas ou ainda terras particulares mas sem comprovação de posse ou improdutivas.

O Master sobreviveria até 1964, chegando a articular-se com Brizola e entidades estudantis e sindicais para resistir ao golpe militar.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br ou memorialdademocracia.com.br

Junho de 1964

EUA DITAM A REFORMA DO ENSINO NO BRASIL

Dois meses depois do golpe apoiado pelo governo norte-americano, o Ministério da Educação e Cultura firma acordos de assistência técnica com a United States Agency for International Development (Usaid). Mantido em segredo, o conteúdo dos acordos MEC-Usaid foi a base de uma reforma do ensino voltada às necessidades da economia e aos interesses do mercado.

A implantação desse modelo implicaria mais tarde a substituição dos cursos primário, ginásio,

clássico e científico pelos cursos de primeiro e segundo grau, com redução de um ano de estudo e da carga horária de ciências humanas, abolição de matérias como filosofia e latim e adoção obrigatória do estudo de inglês. Os acordos previam ainda a substituição da universidade pública por fundações e universidades particulares.

A revelação dos acordos, a partir de 1966, repercutiu fortemente, gerando protestos de estudantes e educadores.

Reprodução



24 de junho de 1966

MARINHEIROS VÃO PARA BANCO DOS RÉUS

No maior julgamento realizado no país até então, 283 marinheiros e fuzileiros navais acusados de rebelião em março de 1964 são condenados a penas que somam mais de 1.280 anos de prisão. A Revolta dos Marinheiros, que exigiam liberdade de organização e dignidade no serviço, havia sido o estopim da crise militar que levou ao golpe. A anistia concedida aos rebeldes pelo governo Jango

fora considerada uma afronta à hierarquia militar.

No julgamento de 1966, a pena maior, de 10 anos e 8 meses, coube a um dos líderes da revolta, José Anselmo dos Santos. O Cabo Anselmo, como ficaria conhecido, alguns anos mais tarde se revelaria um agente da repressão infiltrado na organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).



21 de junho de 1968

28 PESSOAS MORREM NA SEXTA-FEIRA SANGRENTA

Uma semana que começou com a prisão do líder estudantil Jean Marc von der Weid termina no maior enfrentamento entre policiais, estudantes e população no centro do Rio, que resultaria em 28 mortes. No dia 18, Jean Marc havia sido preso com outros estudantes ao final de uma passeata. No dia seguinte, novo ato foi reprimido com violência pela polícia.

Em 20 de junho, centenas de estudantes se reuniram no Teatro de Arena da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e obrigaram o reitor e o Conselho Universitário a debater com eles a situação do ensino superior. Ao

saírem de lá, os jovens são violentamente reprimidos com golpes de cassetete e tiros. Mais de 300 foram presos e levados ao campo do Botafogo, onde sofreram espancamentos e humilhações.

Na manhã do dia 21, sexta-feira, nova passeata em protesto contra a repressão paralisa o centro do Rio. Os estudantes reagem às investidas da polícia. A população apoiou os jovens e também atacou a polícia. O conflito se espalhou por uma extensa área do centro.

A batalha durou até o início da noite e persiste uma controvérsia com relação ao número de mortos.

25 de junho de 1986

BRASIL E CUBA REATAM LAÇOS DIPLOMÁTICOS

Após meses de discretas negociações bilaterais, iniciadas em 1985, e de delicadas ações para contornar resistências internas, o presidente José Sarney e o chanceler Abreu Sodré oficializam o reatamento das relações diplomáticas com Cuba. Com o gesto, o governo emitia sinal de independência da diplomacia na nova era democrática. Internamente, a sinalizava também a remoção de mais uma herança da ditadura.

A primeira ação internacional importante do regime militar ins-

taurado no Brasil pelo golpe de 1964 havia sido o rompimento das relações diplomáticas com Cuba. O receio de que o Brasil seguisse o exemplo da revolução cubana e se alinhasse à União Soviética foi um dos pretextos para a deposição do presidente João Goulart, também utilizado pelos Estados Unidos para apoiarem o golpe. Após o reatamento, iniciou-se uma intensa troca de visitas de alto nível, incluindo a do chanceler brasileiro a Havana em 1987 e a do presidente Fidel Castro.

21 de junho de 1970

'PRA FRENTE, BRASIL': A EXALTAÇÃO DO PAÍS

A Seleção Brasileira conquista o tricampeonato mundial de futebol no México, com um time que considerado o melhor de todas as Copas: Pelé, Rivelino, Tostão, Gerson e Jairzinho. O governo Médici aproveita o clima de euforia nacional para massificar campanhas publicitárias ufanistas.

A marchinha de Miguel Gustavo virou hino semioficial da Seleção: *"Noventa milhões em ação / Pra frente, Brasil, do meu coração (...) De repente é aquela corrente pra frente / Parece que todo o Brasil deu a mão (...) Todos juntos, vamos, pra frente, Brasil"*.

Médici tentou usar a Copa para se apresentar como um homem comum. Antes do campeonato, quis escalar como titular o centro-avante Dario mas o técnico João Saldanha rejeitou: "Eu não escalo ministros, por que ele vai escalar jogadores?" Militante do PCB, Saldanha foi substituído por Zagalo. Dario não entrou em campo.

Logo em seguida à Copa, a ditadura adotaria como sua uma canção de Dom, da dupla Dom e Ravel – "Eu te Amo, Meu Brasil" – que era tocada incessantemente no rádio: *"A mão de Deus abençoou / Eu vou ficar aqui, porque existe amor / Eu te amo, meu Brasil, eu te amo / Meu coração é verde, amarelo, branco, azul anil / Ninguém segura a juventude do Brasil"*.

Alberto Ferreira





Reprodução

23 de junho de 1996

MISTÉRIO CERCA A MORTE DE PC FARIAS

Paulo César Farias, o PC Farias, personagem central do escândalo que levou ao impeachment do presidente Fernando Collor em 1992, é encontrado morto ao lado da namorada, Suzana Marcolino, em sua casa de praia próxima a Maceió. Ambos morreram com tiros no peito.

O legista da Unicamp Fortunato Badan Palhares, chamado a colaborar com as investigações, atestou que Suzana Marcolino matou PC Farias e suicidou-se em seguida, qualificando o crime como passional. Entretanto, o legista alagoano George Sanguinetti e o perito criminal Ricardo Molina afirmaram que ambos foram assassinados e sugeriram a hipótese de queima de arquivo.

O promotor Luís Vasconcelos não aceitou a versão oficial, pediu mais investigações e levantou a suspeita da presença de uma terceira pessoa na cena do crime. Posteriormente, o promotor denunciou à Justiça quatro ex-seguranças de PC – Adeildo dos Santos, Reinaldo Correia de Lima Filho, Josemar dos Santos e José Geraldo da Silva. A defesa recorreu até o Supremo Tribunal Federal para tentar evitar o júri popular, que acabou inocentando os réus em 2013.

Paulo César Farias fora condenado a quatro anos de prisão por sonegação fiscal e a sete por falsidade ideológica em decorrência do esquema de desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro de que tinha sido acusado. Fugiu do Brasil, mas foi recapturado na Tailândia em novembro de 1993. Cumpriu um terço da pena e seis meses antes de morrer havia recebido liberdade condicional.

25 de junho de 1987

'PICARETAÇO' ATACA NO PAÇO IMPERIAL

Populares e militantes de movimentos sociais e de partidos de oposição, como PT e PDT, cercam e apedrejam o ônibus que transporta o presidente José Sarney e sua comitiva em visita ao Rio. A manifestação, aos gritos de "Fora Sarney", ocorreu na saída do Paço Imperial, onde o presidente da República fora participar de cerimônia de aniversário da Lei Sarney. A motivação fundamental da manifestação foi o descontentamento com a inflação, novamente em alta, e os salários comprimidos.

O presidente estava acompanhado do governador do Rio, Moreira Franco, de ministros, assessores e familiares. Um mani-

festante teria usado uma picareta para quebrar os vidros do ônibus, o que valeu ao episódio o nome de Picaretaço do Rio ou Picaretaço do Paço Imperial. No mesmo dia, Sarney já havia sido vaiado e xingado em frente à Academia Brasileira de Letras, que também visitou.

Anos mais tarde, Sarney definiria o episódio como um dos momentos dramáticos de sua Presidência e o que lhe causou maior tristeza. "Como se diz no Nordeste, um homem chora com a garganta." Ele atribuiu a fúria dos manifestantes também à impopularidade do governador Moreira Franco.

21 de junho de 1996

GREVE GERAL NO PAÍS

Em ação conjunta, as três centrais sindicais mais importantes do país lideraram uma greve geral em protesto contra a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso. O movimento reivindica medidas contra o desemprego, reajuste de salários e a retomada do crescimento econômico.

No dia da greve, as maiores cidades do país amanheceram vazias. Segundo os organizadores, 19% da população economicamente ativa parou em todo o Brasil.



Ornuzd Alves

NO OLHO DO FURACÃO



AUTORETRATO

Paul posa diante da porta do espelho de um quarto de hotel em Paris

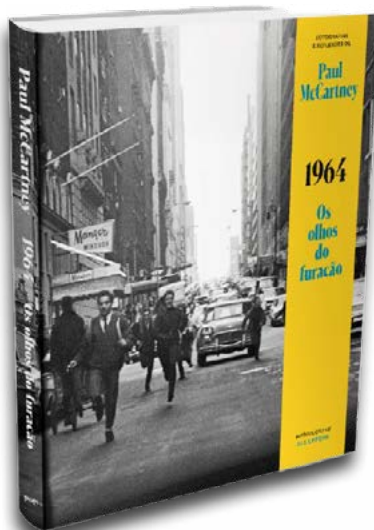
Fotos: Paul McCartney

Paul McCartney resgata fotos do início da carreira dos Beatles, em 1964, quando os garotos de Liverpool chegaram à América e, em menos de seis meses, ganharam o planeta

Olímpio Cruz Neto

No início, eram quatro rapazes charmosos e engraçados – quase irreverentes – que estavam prestes a ganhar a América e, em seguida, o mundo. Muito já se falou sobre o início da Beatlemania, quando John Lennon, Paul McCartney, George Harrison e Ringo Starr deixaram a Inglaterra em busca do que parecia ser um vislumbre insuperável: levar o rock'n'roll para a Terra do Tio Sam.

Pois quando imaginávamos que tudo já havia sido mostrado e dito sobre este período, eis que Sir Paul McCartney arranca do seu arquivo um conjunto de 275 fotos praticamente inéditas sobre



o périplo dos Fab Four por seis cidades dos dois continentes: Liverpool e Londres, (Reino Unido), Paris (França), Nova York, Washington, DC e Miami (EUA), feitas entre 1963 e 1964.

O material está reunido em “1964 - Os olhos do furacão: A turnê mais importante da história dos Beatles”, lançamento global em 13 de junho, com edição em português, capa dura, vendida na Amazon por inacreditáveis R\$ 419,90. A edição é luxuosa e, embora tenha um preço absurdamente salgado, é caprichada e muito bonita, embalando os sonhos da juventude e o início de uma história que marcou profundamente o século 20.

Paul tinha apenas 21 anos quando se viu diante da iminente vertigem de estar à frente da maior banda de todos os tempos – pode parecer exagero, visto deste século 21 de olhares blasé e cortes fugazes e rasteiros do que se tornou a própria cultu-

ra pop, mas o livro capta o mergulho no início do sonho de um novo mundo.

O próprio cantor e compositor – um dos mais famosos e criativos que permanecem trabalhando ativamente nos últimos 60 anos – conta um pouco do que é o livro. “Em algum lugar no fundo da minha mente, eu sempre soube que tinha tirado algumas fotos na década de 1960. No começo, eu não conseguia identificar o ano, mas tinha certeza de que éramos muito jovens, exatamente quando os Beatles estavam realmente decolando”, relatou em texto publicado no final de maio pelo jornal inglês *The Guardian*.

“Eu nunca tentei encontrar esta coleção [de fotos] – conscientemente, ou seja – mas meio que pensei que ela iria aparecer no momento certo. Muitas vezes há uma certa quantidade de *serendipity* [A faculdade ou ato de descobrir coisas agradáveis por acaso]”, detalhou. “E enquanto estávamos nos preparando para uma exposição das fotografias da minha falecida esposa Linda em 2020, soube que as minhas haviam sido preservadas em meus arquivos. Quando os vi pela primeira vez depois de tantas décadas, fiquei encantado que essas imagens e folhas de contato tivessem sido finalmente localizadas”.

O livro de fotos contém uma introdução da historiadora Jill Lepore, uma historiadora e jornalista norte-americana, professora na Universidade de Harvard e redatora da equipe da revista *The New Yorker*. O livro retoma o mágico e amargo ano de 1964 – quando a América ainda vivia o pesadelo e a ressaca da morte de John Kennedy, ocorrida em 22 de novembro de 1963. É um mergulho nesta época que ainda ocorria em preto e branco, enquanto a banda tocava nas salas de concerto e estava prestes a mudar a história da América e do mundo quando



O COMEÇO DA MANIA

Fãs se aglomeram diante do Hotel Plaza, em Nova York, onde os Beatles se hospedaram



CORRE CORRE EM NY

Paul clica os fãs que perseguem os Beatles pelas ruas da Big Apple. Cenas que se repetiriam dali em diante

se apresentaram no The Ed Sullivan Show.

“Qualquer um que redescubra uma relíquia pessoal ou um tesouro familiar é instantaneamente inundado de memórias e emoções, que então desencadeiam associações enterradas na neblina do tempo. Esta foi exatamente a minha experiência ao ver essas fotos, todas tiradas durante um intenso período de três meses, culminando em fevereiro de 1964”, detalha o eterno beatle.

“Foi uma sensação maravilhosa porque as fotos me mergulharam de volta. Aqui estava meu próprio registro de nossa primeira grande viagem, um diário fotográfico dos Beatles em seis cidades, começando em Liverpool e Londres, seguido por Paris (onde John e eu tínhamos passear depois de pegar carona havia pouco mais de dois anos), e então o que consideramos como a grande época, nossa primeira visita como um grupo à América – Nova York, Washington DC e Miami”, relata.

Segundo Paul McCartney, no final de fevereiro de 1964, após

a visita e as três aparições no programa de Sullivan, caiu a ficha para ele e os outros Beatles. “Finalmente tivemos que admitir que não iríamos, como tínhamos originalmente antes, apenas fracassar como muitos grupos. Estávamos na vanguarda de algo mais importante, uma revolução na cultura”, escreve o músico.

“As coisas estavam acontecendo tão descontroladamente que não posso dizer que a fotografia estava na vanguarda da minha mente enquanto estávamos em turnê. Mesmo que quiséssemos nos transformar de uma pequena banda em uma grande, e mesmo que esperássemos aceitação internacional quando fomos para a França e depois para os EUA, ninguém poderia ter previsto o que eu descrevo como os ‘Olhos da Tempestade’”, aponta o músico, que completou 81 anos neste 18 de junho.

“No começo, fiquei tentado a chamá-lo assim, porque os Beatles certamente estavam no centro, ou no olho, de uma tempestade autogerada, mas quando olhei para todas essas foto-

grafias, percebi que realmente deveria ser no plural, os “olhos da tempestade”, por causa de todas as fotos que os outros estavam tirando, as fotografias que eu estava tirando e também os olhos dos fãs – Quem está olhando para quem? A câmera sempre parece estar mudando, comigo fotografando-os, a imprensa nos fotografando e aquelas milhares e milhares de pessoas por aí querendo capturar essa tempestade”, conta.

As fotos que estão no álbum vão do preto-e-branco dos passeios pela Europa e Nova York até aquelas de fortes cores contrastantes no passeio que o quarteto fez por Miami. O próprio Paul parece admirado pela diferença visual que se seguiu entre uma cidade e outra: “Que a América permaneceu uma terra de contradições tornou-se evidente durante a etapa de Miami da turnê, com toda essa cor vindo depois do estranhamento cinza de Nova York e Washington DC, onde os terrenos da Casa Branca e do prédio do Capitólio haviam sido enterrados em neve lamacenta”.

Ele conta da própria redescoberta do material, quase 60 anos depois. “Eu ainda tinha que retirar o rolo de filme colorido, mas você pode sentir a intensa emoção quando pousamos no aeroporto de Miami, presos ao telhado e às vigas com simpatizantes de todos os tipos. E então vem essa explosão de cor quando temos a chance de relaxar e brincar nas águas verde-azuladas do Oceano Atlântico, mesmo sabendo que ainda temos mais uma aparição ao vivo no The Ed Sullivan Show por vir”.

Entre os cliques do músico há uma especial, que ele mesmo selecionou e comenta como uma descoberta da fama que viria para cada daqueles quatro caras saídos da cidade portuária nos confins do norte da Inglaterra: “Uma das minhas fotos favoritas da coleção mostra George Harrison, seu rosto escondido por óculos de sol, sendo entregue uma bebida – provavelmente um uísque e Coca-Cola – por uma garota, e embora não vejamos o rosto dela, vemos seu deslumbrante biquini amarelo”.

Ele diz que aquele retrato mostrava muito do que viria em seguida. “A composição foi deliberada, e estou feliz por não ter me afastado mais, pois mantive George como o foco da imagem. Ao olhar para trás nessas fotos da boa vida, não estou nada surpreso que as fotos coloridas tenham começado a acontecer quando chegamos a Miami, porque, de repente, estávamos no País das Maravilhas”, relata. Depois daquilo, o mundo jamais foi o mesmo. Para a nossa sorte e deleite. •

SERVIÇO

1964 - Os olhos do furacão: A turnê mais importante da história dos Beatles. Paul McCartney.

Idioma: Português

Capa dura: 336 páginas

ISBN-10: 655537277X

Disponível na Amazon: R\$ 419,90

Fotos: Paul McCartney



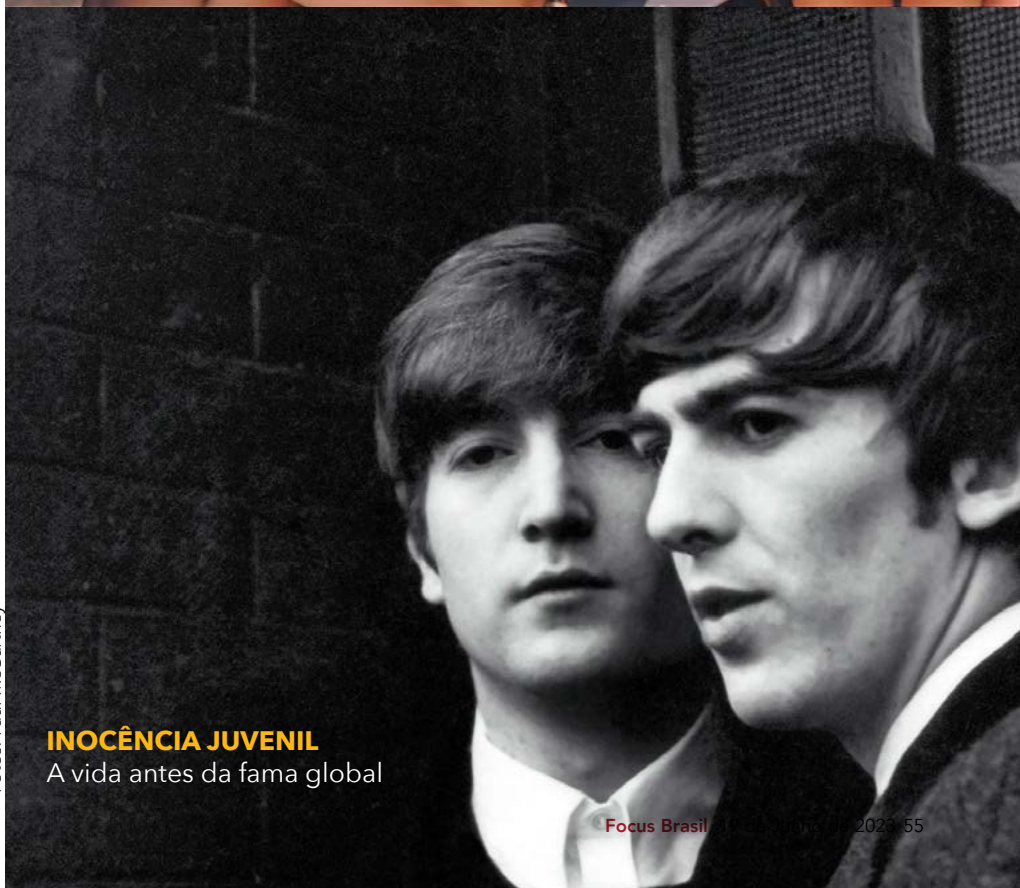
FLAGRANTE

George e John no hotel



MIAMI

O beatle quieto curte a piscina e uma Cuba Libre



INOCÊNCIA JUVENIL

A vida antes da fama global



GÊNIO Registro em película investiga o período em que o mestre Heitor Villa-Lobos viveu em Paris nos anos 1920

MÚSICA & CINEMA

Em sua 15ª edição, o Festival In-Edit Brasil traz 22 longas brasileiros na competição de documentários, além de mostrar o melhor do que vem sendo feito na combinação de pesquisa, história e documentação nas musicalidades de todo o mundo

Bia Abramo

Com um história que remonta ao século 16, as músicas produzidas no Brasil vêm sendo cada vez mais objeto de estudo, pesquisa e registro. Parte dessa produção pode ser vista no In-Edit, evento que já se tornou tradição na cidade de São Paulo, ao apresentar documentários em longa, média e curta metragens. Além dos filmes brasileiros, a versão nacional do festival,

que também acontece na Europa (Espanha, Grécia e Holanda) e na América Latina (México e Chile), também exhibe obras produzidas em outras partes do mundo.

Em São Paulo, a programação traz sessões gratuitas, além de debates, palestras e pocket shows, mas também é possível assistir ao festival pelo [In-Edit TV](#), plataforma de streaming por assinatura e acompanhar os destaques da programação de forma gratuita no YouTube: youtube.com/ineditbrasil. Neste ano, o festival organizou

uma seleção especial sobre o universo adolescente, a Mostra Teen, além de trazer 15 longas que entram na competição nacional, alguns deles estreando no festival. Além disso, o Panorama Mundial conta com 20 títulos, todos inéditos.

Entre os destaques da programação nacional, "Elis & Tom, só tinha que ser com você" recupera imagens dos ensaios e da gravação do disco "Elis e Tom" lançado pela dupla em 1974. Gravado em Los Angeles no início daquele



CLÁSSICO O entrosamento musical entre Elis e Tom é recuperado em imagens de ensaios e gravações de 1974

mesmo ano, o álbum é considerado um dos grandes clássicos da MPB, num encontro até então sem registro em disco de um dos artífices da Bossa Nova, o compositor e maestro Tom Jobim, e uma das maiores cantoras reveladas nos anos 1960, Elis Regina. O clima de jam session e o fato de ter sido gravado quase que “ao vivo” no estúdio mostra a sintonia entre os dois artistas. A filmagem, feita pelo diretor Roberto Oliveira, restaurada de forma digital, é inédita até hoje.

Em “Terruá Pará”, o riquíssimo universo da música paraense chega por meio de depoimentos de músicos como Dona Onete, Manoel Cordeiro, Pio Lobato, captados pela câmera sensível de Jorane de Castro, cineasta e professora que vem se dedicando a registrar a enorme diversidade cultural da região amazônica.

Já em “Villa Lobos em Paris”, os diretores Alexandre Guerra e Marcelo Machado investigam o período em que Heitor Villa-Lobos morou na capital francesa nos anos

1920 e conviveu com artistas da vanguarda européia como Jean Cocteau, Andrés Segóvia e Arthur Rubinstein.

A Mostra Brasil abre lembrando o mestre Môa do Katendê, compositor profundamente ligado à história dos blocos afro de Salvador, assassinado por um bolsionista ainda na campanha elei-



DOLORES DURAN Filme sobre a pioneira representante da melancolia e dores do amor está presente

toral de 2018. O título de mestre vem da capoeira, forma esportivo-artística com de raízes afrobrasileiras que representa a resistência das pessoas escravizadas à perseguição policial. Em “Môa - Raiz Afro-Mãe”, a trajetória de mestre exibe entrevistas com outros artistas ligados ao carnaval e à cultura afrobaiana, como Gilberto Gil, Lizzo Matumbi, Letieres Leite, entre outros.

A chamada “música de fossa”, apelido para um certo estilo ultra romântico e melancólico que perpassa vários gêneros da música brasileira vem em dose dupla: “Dolores Duran - O Coração da Noite” e “Lupicínio Rodrigues - Confissões de um Sofredor”. Os dois longos rememoram a vida de dois representantes do cancionário das dores de amor.

A cantora e compositora Dolores Duran, cuja carreira brevíssima (ela morreu aos 29 anos) marcou o samba-canção na noite carioca, criou clássicos como “Por Causa de Você”, “A Noite do Meu Bem” e “Estada do Sol”, entre outros e em-



GENIAL Avô da "sofrência", Lupicínio fincou a dor de cotovelo no cancioneiro brasileiro mas deixou poucos registros

prestou sua voz profunda, de "boate" a outras tantas sambas e boleros. Boêmia e independente, abriu caminho para várias outras artistas mulheres, como Maysa, Nora Ney, Marisa Gata Mansa, entre outras.

Já o compositor e cantor Lupicínio Rodrigues foi o criador de uma expressão que ficou raízes no português brasileiro: a "dor de cotovelo". Aquela que acomete o/a amante traído/a e abandonado/a. Lupicínio compôs marchinhas e sambas durante toda sua vida, mas deixou poucos registros sonoros, ficando mais conhecido pelas vozes de Jamelão, Caetano Veloso, Elza Soares, Gal Costa e Paulinho da Viola, que não apenas gravou "Nervos de Aço" como deu o nome para seu LP de 1973.

O festival traz ainda o filme "Miúcha, a voz da bossa nova", de Daniel Zarvos e Liliane Mutti. Construído a partir de inúmeras imagens de arquivo, depoimentos em fita cassete e cartas escritas por Miúcha, o filme revela o cotidiano da cantora, os desafios artísticos e pessoais e a luta para conquistar o

merecido reconhecimento.

Concentrando-se no período em que foi casada com João Gilberto, o filme torna explícito o quanto ela era silenciada e sabotada pelo marido. O talento dela vai muito além do fato de ser irmã de Chico Buarque e ex-mulher de João Gilberto.

Outro documentário importante é *As Origens da Lambada*, de Sonia Ferro e Félix Robatto. o documentário guia o espectador pelos caminhos da Lambada - ritmo surgido no Pará nos anos 1970. Com origens no Caribe, o ritmo logo conquistou o estado e rapidamente se disseminou pelo resto do país.

A partir de depoimentos de personagens como Mestre Pin-duca, o radialista Waldo Souza e o artista baiano Luiz Caldas, o documentário conta esta história, entremeada por canções de Félix Robatto, representante da nova geração da lambada.

No Panorama Internacional, os anos 1960 e 1970 recebem especial atenção com documentários

sobre o frontman do T.Rex, o inglês Marc Bolan (*"Angelheaded Hipster: The Songs of Marc Bolan & T. Rex"*), a banda Can, pioneira do kraut rock (*"CAN and Me"*) e o guitarrista e fundador do Pink Floyd Syd Barrett (*"Have You Got It Yet? The Story of Syd Barrett and Pink Floyd"*).

A cena nova-iorquina do final dos anos 1970 vem como um documentário sobre o Max's Kansas City, clube noturno que viu nascer bandas como Ramones, Patti Smith Group, Television, Blondie, Talking Head, B-52's e, ainda, abrigou a tentativa de Sid Vicious, ex-Sex Pistols, de fazer carreira solo nos Estados Unidos.

O título talvez mais surpreendente dessa leva talvez seja *"Personality Crisis: One Night Only"*, dirigido por Martin Scorsese e David Tedeschi, que flagra o ex-vocalista do The New York Dolls, David Johansen, em uma apresentação no dia de seu aniversário de 70 anos dois meses antes do início da pandemia em 2020, em um café de Nova York. •

Organização

Jacques Mick

João Carlos Nogueira

VIVER POR CONTA PRÓPRIA

Como enfrentar
desigualdades
raciais, de classe e
gênero e apoiar a
economia popular
nas periferias
brasileiras

RECONEXÃO
PERIFÉRIAS

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

VIOLÊNCIA NO BRASIL

desafio das periferias

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/violencia-no-brasil-desafio-das-periferias/>

Organização

Felipe da Silva Freitas

Amanda Pimentel | Artur Henrique dos Santos | Bruno Langeani | Dandara Tonantzin Silva Castro | Danilo Sales do Nascimento | Dudu Ribeiro | Felipe da Silva Freitas | Gustavo Queiroz | Jackeline Aparecida Ferreira Romio | Juliana Borges da Silva | Juliana Gonçalves | Máira de Deus Brito | Pablo Nunes | Paulo César Ramos | Poliana da Silva Ferreira | Ricardo Moura | Silvia Ramos | Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa

RECONEXÃO
PERIFÉRIAS

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores